

ISSN 18078834

# **BNB** Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico  
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

**50**

jan/mar, 2017



**OBRA PUBLICADA PELO****Banco do  
Nordeste****PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

**DIRETORES**Antônio Rosendo Neto Junior  
Henrique Teixeira Moura  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Perpetuo Socorro Cajazeiras  
Nicola Moreira Miccione  
Romildo Carneiro Rolim**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS  
DO NORDESTE – ETENE**Luiz Alberto Esteves  
*Economista Chefe*Tibério Rômulo Romão Bernardo  
*Gerente de Ambiente*Airtton Saboya Valente Junior  
*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas  
Macroeconômicas***CORPO EDITORIAL****Editor-Científico**

Luiz Alberto Esteves

**Editor-Chefe**

Tibério Rômulo Romão Bernardo

**Editor-Executivo****EQUIPE TÉCNICA****Produto Interno Bruto**

Airtton Saboya Valente Junior

**Produção Agropecuária**

Jackson Dantas Coêlho

Wendell Márcio Carneiro Araújo

**Produção Industrial**

Liliane Cordeiro Barroso

**Serviços, Comércio e Turismo**

Airtton Saboya Valente Junior

Francisca Crisia Diniz Alves

Rodrigo Fernandes Ribeiro

**Mercado de Trabalho**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

**Comércio Exterior**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Finanças Públicas**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Intermediação Financeira**

Allisson David de Oliveira Martins

**Estagiários**

Francisca Crisia Diniz Alves

Rodrigo Fernandes Ribeiro

**Jovem Aprendiz**

Anderson Acioly Da Silva

**Tabulação de Dados**

Leonardo Dias Lima

**Revisão**

Hermano José Pinho

**Diagramação**

Gustavo Bezerra Carvalho

**Banco do Nordeste do Brasil S/A****Escritório Técnico de Estudos Econômicos  
do Nordeste - ETENE**Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -  
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 50 (Janeiro – Março, 2017). –  
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

---

## SUMÁRIO

|                                   |    |
|-----------------------------------|----|
| Nível de Atividade Econômica..... | 04 |
| Produção Agropecuária.....        | 09 |
| Produção Industrial.....          | 13 |
| Serviços.....                     | 17 |
| Comércio Varejista.....           | 21 |
| Turismo.....                      | 24 |
| Mercado de Trabalho.....          | 28 |
| Comércio Exterior.....            | 34 |
| Finanças Públicas.....            | 41 |
| Intermediação Financeira.....     | 45 |

## Nível de Atividade Econômica

Autor:

*Airton Saboya Valente Junior, Economista, Gerente da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do BNB/ETENE.*

Conforme dados divulgados pelo Banco Mundial, o **crescimento econômico global** deverá alcançar 2,7% em 2017 ante 2,4% em 2016, conforme especificado na Tabela 1.

O crescimento econômico nos **países desenvolvidos** deverá alcançar 1,9% em 2017 ante 1,7% em 2016. Austrália (+3,1%) e Coreia do Sul (+2,7%) deverão superar o desempenho dos Estados Unidos (+2,1%), que por sua vez tendem a apresentar melhor performance em comparação com o Canadá (+1,9%), Área do Euro (+1,7%), Reino Unido (+1,7%) e Japão (+1,5%), vide Tabela 1.

Neste contexto internacional em melhoria, o Produto Interno Bruto (PIB) dos **países em desenvolvimento** deve alcançar 4,1% em 2017, em comparação com 3,5% em 2016 (Tabela 1).

Cabe destacar, contudo, a expressiva diferença de desempenho entre os **países em desenvolvimento**. Estima-se que Índia (+7,2%), Bangladesh (+6,8%), China (+6,5%), Indonésia (+5,2%) e Paquistão (+5,2%) continuarão apresentando elevadas taxas de crescimento em 2017, enquanto que Rússia (+1,3%), Angola (+1,2%), Nigéria (+1,2%), África do Sul (+0,6%) e Arábia Saudita (+0,6%) crescerão moderadamente no corrente ano (Tabela 1).

Ainda segundo o Banco Mundial, o crescimento econômico na **América Latina e no Caribe** deverá ser modesto: 0,8% em 2017, ante o declínio de 1,4% em 2016.

O **Brasil**, maior economia Latino-Americana, deverá expandir 0,3% em 2017 com uma expectativa de aceleração do crescimento a 1,8% em 2018. A **Argentina**, importante parceira comercial do Brasil, deverá caminhar a um ritmo de 2,7% em 2017. Prevê-se que no **México** o crescimento atinja uma taxa moderada de 1,8% em 2017, principalmente como consequência da incerteza a respeito da política econômica dos Estados Unidos.

A previsão de aumento dos preços dos metais deverá ajudar o **Chile**, cuja produção de cobre deverá recuperar-se. Contudo, prevê-se que a economia chilena ainda se acelere modestamente em 2017, ou seja, 1,8%.

Conforme as previsões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o melhor desempenho econômico da **América do Sul** em 2017 deverá ser atingido por Bolívia (+4,0%), seguido por Paraguai (+3,8%) e Peru (+3,5%). Colômbia (+2,4%), Uruguai (+2,0%) e Equador (+0,6%) deverão apresentar desempenho mais modesto, enquanto que a Venezuela (-7,2%) deverá seguir em recessão.

As perspectivas de melhoria das condições econômicas globais estão relacionadas com uma combinação inter relacionada de fatores, a exemplo do desempenho comércio mais robusto do setor manufatureiro e do internacional, das condições financeiras mais favoráveis, além da **estabilização dos preços dos produtos básicos**, que vinham em declínio desde 2014.

O **comércio internacional** deverá expandir 4,0% em 2017 em comparação com 2,5% em 2016. Projeta-se um incremento de 24% nos **preços do petróleo** e de 4,0% nas demais **commodities** no corrente ano, após três anos seguidos de declínio nas cotações das matérias-primas. Registre-se que o chamado “superciclo das **commodities**” perdurou de 2000 a 2014, tendo beneficiado diferentes países exportadores de produtos básicos, inclusive o Brasil.

Embora existam perspectivas de um cenário mais favorável para a economia global, não se pode destacar os **riscos**. Novas restrições comerciais podem prejudicar a recuperação esperada no comércio internacional. Além disso, a incerteza política persistente pode enfraquecer a confiança e o investimento produtivo. Também, a volatilidade dos mercados financeiros pode provocar turbulência econômica.

Vale ressaltar ainda que o modesto desempenho em importantes nações produz impactos negativos no que se refere à **redução da pobreza** e aumento da prosperidade. O crescimento sustentável depende da estabilização dos preços dos produtos básicos, do desempenho dos países desenvolvidos e crescentemente das nações asiáticas, especialmente a China.

## Nível de Atividade Econômica

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB (%) - Mundo, grupos de países e países selecionados

| Mundo/ Grupos de Países/ Países Selecionados | 2014       | 2015        | 2016 <sup>(1)</sup> | 2017 <sup>(2)</sup> | 2018 <sup>(2)</sup> |
|--|------------|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Mundo</b>                                 | <b>2,8</b> | <b>2,7</b>  | <b>2,4</b>          | <b>2,7</b>          | <b>2,9</b>          |
| <b>Países Desenvolvidos</b>                  | <b>1,9</b> | <b>2,1</b>  | <b>1,7</b>          | <b>1,9</b>          | <b>1,8</b>          |
| Austrália                                    | 2,8        | 2,4         | 2,5                 | 3,1                 | 3,0                 |
| Coréia do Sul                                | 3,3        | 2,8         | 2,8                 | 2,7                 | 2,8                 |
| Estados Unidos                               | 2,4        | 2,6         | 1,6                 | 2,1                 | 2,2                 |
| Reino Unido                                  | 3,1        | 2,2         | 1,8                 | 2,0                 | 1,5                 |
| Canadá                                       | 2,6        | 0,9         | 1,4                 | 1,9                 | 2,0                 |
| Área do Euro                                 | 1,2        | 2,0         | 1,8                 | 1,7                 | 1,5                 |
| Japão  | 0,3        | 1,1         | 1,0                 | 1,5                 | 1,0                 |
| <b>Países em Desenvolvimento</b>             | <b>4,3</b> | <b>3,6</b>  | <b>3,5</b>          | <b>4,1</b>          | <b>4,5</b>          |
| Índia  | 7,2        | 7,9         | 6,8                 | 7,2                 | 7,5                 |
| Bangladesh                                   | 6,1        | 6,6         | 7,1                 | 6,8                 | 6,4                 |
| China  | 7,3        | 6,9         | 6,7                 | 6,5                 | 6,3                 |
| Paquistão                                    | 4,0        | 4,0         | 4,7                 | 5,2                 | 5,5                 |
| Indonésia                                    | 5,0        | 4,9         | 5,0                 | 5,2                 | 5,3                 |
| Argentina                                    | -2,5       | 2,6         | -2,3                | 2,7                 | 3,2                 |
| Rússia                                       | 0,7        | -2,8        | -0,2                | 1,3                 | 1,4                 |
| Angola                                       | 4,8        | 3,0         | 0,0                 | 1,2                 | 0,9                 |
| Nigéria                                      | 6,3        | 2,7         | -1,6                | 1,2                 | 2,4                 |
| África do Sul                                | 1,6        | 1,3         | 0,3                 | 0,6                 | 1,1                 |
| Arábia Saudita                               | 3,7        | 4,1         | 1,4                 | 0,6                 | 2,0                 |
| <b>Brasil</b>                                | <b>0,5</b> | <b>-3,8</b> | <b>-3,6</b>         | <b>0,3</b>          | <b>1,8</b>          |

Fontes: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Notas: (1) Os dados para 2016 representam estimativas. (2) Os dados para 2017 e 2018 representam projeções.

## Nível de Atividade Econômica

O **Produto Interno Bruto (PIB)** do Brasil cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2017 em relação ao quarto trimestre de 2016. Esta foi a primeira alta nessa comparação, após oito trimestres consecutivos de queda, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Referido desempenho foi impulsionado essencialmente pela **Agropecuária**, que obteve expansão de 13,4%. A **Indústria** apresentou modesto crescimento (+0,9%) enquanto os serviços se mantiveram estáveis (0,0%), conforme detalhado no Gráfico 1.

Em relação à **despesa**, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 1,6%; o Consumo do Governo contraiu 0,6%; e o Consumo das Famílias declinou 0,1%, na mesma base de comparação.

Quanto ao **setor externo**, as exportações de bens e serviços tiveram expansão de 4,8%, enquanto que as importações de bens e serviços cresceram 1,8% em relação ao quarto trimestre de 2016.

O **PIB** acumulado nos quatro trimestres terminados em março de 2017 apresentou queda de 2,3% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Nessa base de comparação, a Agropecuária cresceu 0,3%, a Indústria declinou -2,4% e os Serviços diminuíram -2,3%, conforme detalhado no Gráfico 2.

Na análise da **despesa**, a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 6,7%; o Consumo das Famílias recuou 3,3%; e o Consumo do Governo diminuiu 0,7%.

No que se refere ao **setor externo**, as exportações de bens e serviços caíram 0,4%, enquanto que as importações de bens e serviços encolheram 2,7%.

Em face dos números apresentados, cabe analisar o desempenho de dois componentes da demanda que são vitais para se compreender o cenário macroeconômico do País.

Inicialmente, o **consumo das famílias**, que possui participação relativa de aproximadamente 64% do PIB nacional. Referido componente, após registrar crescimento em 2013 (2,9%) e 2014 (0,9%), vem declinando desde 2015 (-6,7%) e 2016 (-2,9%). A Tabela 2

apresenta os resultados nos últimos quatro trimestres.

A queda do **consumo das famílias** tem sido reflexo da perda de dinamismo do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desocupação e queda do rendimento salarial real, além do agravamento do endividamento das famílias, repercutindo fortemente na demanda por bens e serviços.

Outro componente de destaque refere-se à **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, ou seja, os componentes que servem para gerar outros bens, a exemplo de máquinas, equipamentos e material de construção. A FBCF é importante porque indica se a capacidade de produção do País está crescendo.

A **FBCF**, após crescer em 2013 (6,1%), caiu em 2014 (-4,4%); em 2015 (-18,7%); e 2016 (-5,4%). A Tabela 2 apresenta os resultados nos últimos quatro trimestres.

O Gráfico 3 apresenta o **PIB para o Brasil** em valores constantes, a preços de dezembro de 2016. Observa-se declínio do PIB brasileiro a partir do primeiro trimestre de 2014, quando alcançou o pico de R\$ 6,75 trilhões.

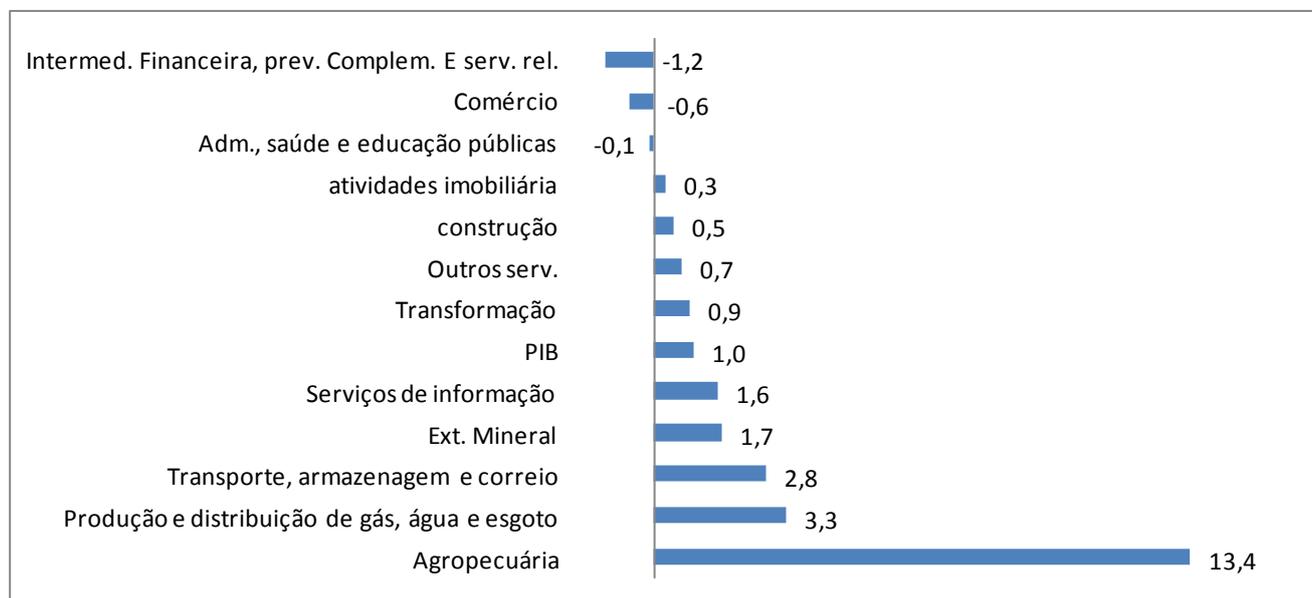
Assim, o PIB do Brasil ainda decresce, tendo diminuído para R\$ 6,26 trilhões no primeiro trimestre de 2017, conforme o Gráfico 3.

Em síntese, a recuperação econômica ocorrida no primeiro trimestre de 2017 não está relacionada com a dinamização da **economia doméstica**. O consumo das famílias e os investimentos seguem uma trajetória contracionista. Desde quando a economia entrou em crise, ou seja, no último trimestre de 2014, até o primeiro trimestre de 2017, o consumo das famílias já contraiu aproximadamente 10%. No mesmo período, os investimentos retraíram cerca de 28%.

Pelo oitavo trimestre consecutivo, todos os componentes da demanda interna apresentaram resultado negativo na comparação com igual trimestre do ano anterior. A retomada dos **investimentos produtivos** além da expansão do **consumo das famílias** serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

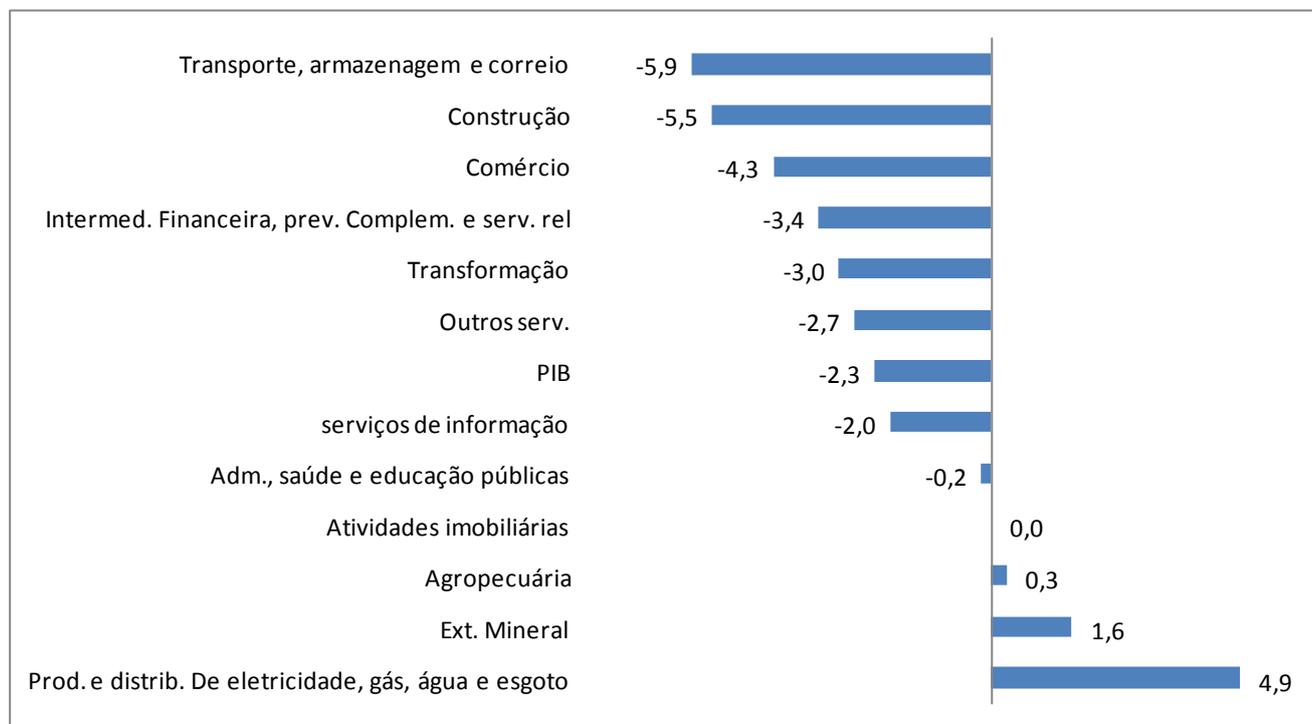
## Nível de Atividade Econômica

Gráfico 1 - PIB e Subsetores - Taxa (%) do primeiro trimestre de 2017 em relação ao trimestre imediatamente anterior



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 2 - PIB e Subsetores - Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

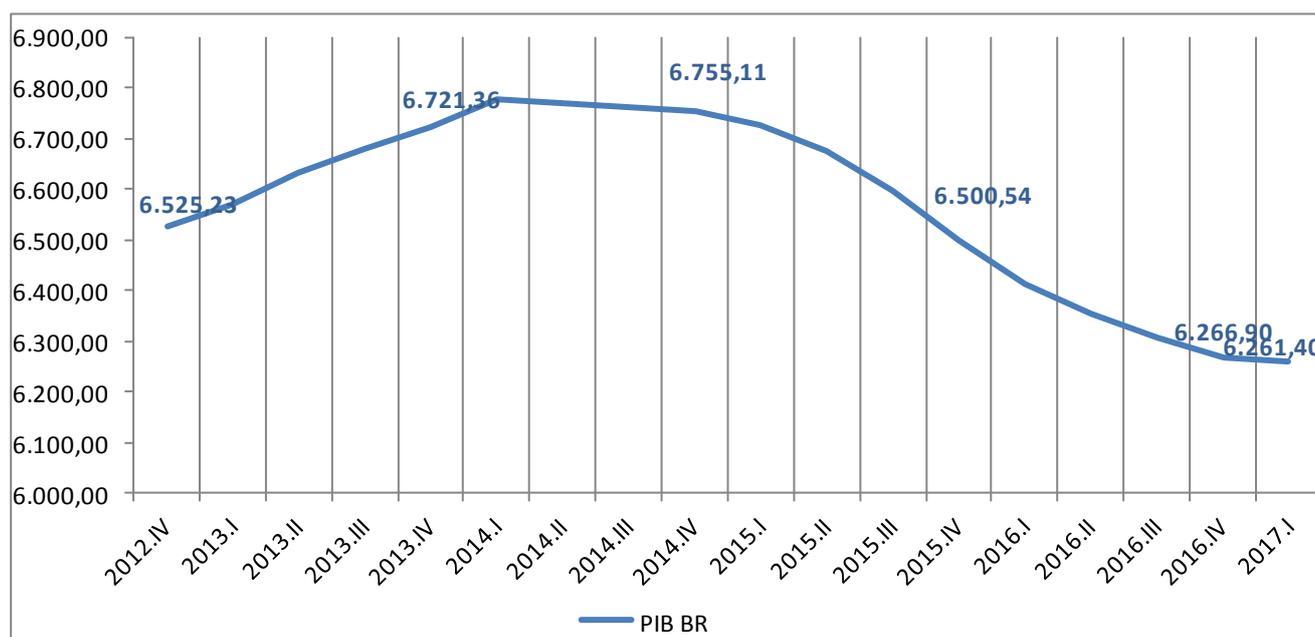
## Nível de Atividade Econômica

Tabela 2 – Brasil – Evolução das taxas de crescimento trimestral dos componentes do PIB (em %): 2016.I a 2017.I

| Variáveis Macroeconômicas                     |  |             |             |             |             |             |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior (%) |  | 2016.I      | 2016.II     | 2016.III    | 2016.IV     | 2017.I      |
| Ótica da produção                             | Valor adicionado bruto da agropecuária | -8,3        | -6,1        | -6,0        | -5,0        | 15,2        |
|   | Valor adicionado bruto da indústria    | -7,0        | -2,9        | -2,9        | -2,4        | -1,1        |
|   | Valor adicionado bruto dos serviços    | -3,5        | -2,7        | -2,2        | -2,4        | -1,7        |
| Ótica da demanda                              | Despesa de consumo das famílias        | -5,8        | -4,8        | -3,4        | -2,9        | -1,9        |
|   | Despesa de consumo do governo          | -0,8        | -0,5        | -0,8        | -0,1        | -1,3        |
|   | Formação bruta de capital fixo         | -17,3       | -8,6        | -8,4        | -5,4        | -3,7        |
|   | Exportação de bens e serviços          | 12,7        | 4,0         | 0,2         | -7,6        | 1,9         |
|   | Importação de bens e serviços (-)      | -21,5       | -10,4       | -6,8        | -1,1        | 9,8         |
| <b>PIB a preço de mercado</b>                 |  | <b>-5,4</b> | <b>-3,6</b> | <b>-2,9</b> | <b>-2,5</b> | <b>-0,4</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 3 – PIB do Brasil – Em R\$ bilhões de 2016 – Referência na média dos índices de volume do PIB dos últimos 4 trimestres – 2012.IV a 2017.I



## Agropecuária

*Autores:*

*Wendell Márcio Carneiro Araújo, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.*

*Jackson Dantas Coelho, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Análises Setoriais, Banco do Nordeste/ETENE.*

O mais recente levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indica que as expectativas para a safra nacional de grãos 2016/2017 deverão continuar ascendentes, batendo recordes em algumas de suas principais lavouras. Apesar de um aumento relativamente pequeno na área plantada de 3,5%, houve um ganho significativo na produção, em virtude principalmente do aumento na produtividade média das lavouras, em torno de 20,2%, o que fez a produção nacional avançar 24,3% diante da safra 2015/2016, alcançando 232,02 milhões de toneladas (Tabela 1).

Estes resultados na produção foram impulsionados pelas boas condições climáticas nos períodos adequados para o favorável desenvolvimento das lavouras, em especial as de **soja** (+18,4%) e **milho** (+39,5%), culturas responsáveis por aproximadamente 90,0% da safra nacional. Os aumentos nos rendimentos médios observados nas culturas de **soja** (+16,3%) e **milho** (+28,8%) indicam adequadas perspectivas para a safra 2016/2017, o que tem aliviado os anos anteriores de grandes perdas no campo brasileiro.

Tabela 1 - Estimativa de produção de Grãos

| Culturas de Verão          | Safra            |                  |                  | Variação            |                   |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|-------------------|
|                            | 2015/2016<br>(a) | 2016/2017        |                  | Percentual<br>(c/a) | Absoluta<br>(c-a) |
|                            |                  | Abr/2017 (b)     | Mai/2017 (c)     |                     |                   |
| Algodão - Caroço (1)       | 1.937,1          | 2.212,9          | 2.236,0          | 15,4                | 298,9             |
| Algodão                    | 1.289,2          | 1.473,2          | 1.488,8          | 15,5                | 199,6             |
| Amendoim                   | 406,1            | 433,4            | 447,2            | 10,1                | 41,1              |
| Arroz                      | 10.603,0         | 11.948,0         | 11.963,1         | 12,8                | 1.360,1           |
| Feijão                     | 2.512,9          | 3.285,6          | 3.327,8          | 32,4                | 814,9             |
| Girassol                   | 63,1             | 91,1             | 92,9             | 47,2                | 29,8              |
| Mamona                     | 14,8             | 15,0             | 15,5             | 4,7                 | 0,7               |
| Milho                      | 66.530,6         | 91.468,5         | 92.832,6         | 39,5                | 26.302,0          |
| Soja                       | 95.434,6         | 110.161,7        | 113.013,4        | 18,4                | 17.578,8          |
| Sorgo                      | 1.031,5          | 1.701,2          | 1.699,6          | 64,8                | 668,1             |
| <b>Subtotal</b>            | <b>178.534,5</b> | <b>221.317,4</b> | <b>225.628,5</b> | <b>26,4</b>         | <b>47.094,0</b>   |
| <b>Culturas de Inverno</b> | <b>8.075,9</b>   | <b>6.615,0</b>   | <b>6.395,0</b>   | <b>-20,8</b>        | <b>-1.680,9</b>   |
| <b>Brasil (2)</b>          | <b>186.610,4</b> | <b>227.932,4</b> | <b>232.023,5</b> | <b>24,3</b>         | <b>45.413,1</b>   |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Conab.

Nota (1) Produção de caroço de algodão; (2) Exclui a produção de algodão em pluma.

O **Nordeste** continua com o melhor desempenho em termos de recuperação dos seus indicadores comparativamente às outras regiões do País. Na safra 2015/2016, a Região foi a que mais sofreu os impactos negativos dos problemas climáticos que assolaram

algumas partes do Brasil, mas notadamente o seu semiárido. Assim, a regularização das chuvas e as favoráveis condições de plantio fizeram os produtores regionais impulsionarem suas produções, com ampliação de área (5,7%, a segunda maior dentre as regiões).

## Agropecuária

Com a melhora na produtividade média da Região (+70,5%, alcançando 2,3 t/ha), espera-se que a produção de grãos alcance patamares bem superiores aos observados na safra anterior, de +80,3% ou 17,7 milhões de toneladas (Tabela 2).

Embora não sejam grandes produtores regionais, mas tendo sido fortemente afetados pela estiagem, estima-se que deverão ocorrer os maiores incrementos de área no **Rio Grande do Norte** (+19,4%) e na **Paraíba** (13,7%). O único estado que apresenta declínio de área é

**Pernambuco** (-3,1%). Quanto ao rendimento médio, percebe-se as maiores variações positivas em **Sergipe** (+355,2%), **Piauí** (+122,1%) e **Ceará** (+121,6%). No que diz respeito ao desempenho na produção de grãos, novamente **Sergipe** (+355,0%), **Ceará** (+142,1%) e **Piauí** (+139,4%) aparecem nas primeiras posições. No entanto, a **Bahia** e o **Maranhão** continuam sendo os maiores estados produtores de grãos regionalmente, com 7,7 milhões e 4,9 milhões de toneladas, respectivamente, o que representa 43,4% e 27,4% da produção do Nordeste.

Tabela 2 - Brasil - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - Safras 2015/2016 e 2016/2017 <sup>(1)</sup>

| Região/UF                  | Área (mil ha)       |                     |             | Produtividade (kg/ha) |                     |             | Produção (mil t)    |                     |             |
|----------------------------|---------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|---------------------|---------------------|-------------|
|                            | Safra 2015/2016 (a) | Safra 2016/2017 (b) | Var% (b/a)  | Safra 2015/2016 (d)   | Safra 2016/2017 (e) | Var% (e/d)  | Safra 2015/2016 (f) | Safra 2016/2017 (g) | Var% (g/f)  |
| <b>Norte</b>               | <b>2.540,1</b>      | <b>2.831,6</b>      | <b>11,5</b> | <b>2.731</b>          | <b>3.199</b>        | <b>17,1</b> | <b>6.937,2</b>      | <b>9.059,4</b>      | <b>30,6</b> |
| <b>Nordeste</b>            | <b>7.396,9</b>      | <b>7.820,2</b>      | <b>5,7</b>  | <b>1.329</b>          | <b>2.266</b>        | <b>70,5</b> | <b>9.827,4</b>      | <b>17.717,7</b>     | <b>80,3</b> |
| Maranhão                   | 1.420,1             | 1.554,0             | 9,4         | 1.748                 | 3.123               | 78,7        | 2.481,7             | 4.852,9             | 95,5        |
| Piauí                      | 1.360,0             | 1.465,7             | 7,8         | 1.089                 | 2.418               | 122,1       | 1.480,5             | 3.544,5             | 139,4       |
| Ceará                      | 850,3               | 930,4               | 9,4         | 267                   | 592                 | 121,7       | 227,3               | 550,4               | 142,1       |
| Rio Grande do Norte        | 56,6                | 67,6                | 19,4        | 323                   | 552                 | 70,8        | 18,3                | 37,3                | 103,8       |
| Paraíba                    | 173,1               | 196,9               | 13,7        | 191                   | 375                 | 96,5        | 33,1                | 73,9                | 123,3       |
| Pernambuco                 | 388,1               | 376,1               | (3,1)       | 176                   | 260                 | 47,9        | 68,3                | 97,9                | 43,3        |
| Alagoas                    | 61,6                | 61,6                | -           | 722                   | 818                 | 13,3        | 44,5                | 50,4                | 13,3        |
| Sergipe                    | 195,9               | 195,9               | -           | 923                   | 4.202               | 355,2       | 180,9               | 823,1               | 355,0       |
| Bahia                      | 2.891,2             | 2.972,0             | 2,8         | 1.831                 | 2.587               | 41,3        | 5.292,8             | 7.687,3             | 45,2        |
| <b>Centro-Oeste</b>        | <b>23.584,2</b>     | <b>24.615,6</b>     | <b>4,4</b>  | <b>3.192</b>          | <b>4.020</b>        | <b>25,9</b> | <b>75.290,5</b>     | <b>98.950,3</b>     | <b>31,4</b> |
| <b>Sudeste</b>             | <b>5.315,5</b>      | <b>5.468,3</b>      | <b>2,9</b>  | <b>3.658</b>          | <b>4.107</b>        | <b>12,3</b> | <b>19.444,4</b>     | <b>22.457,4</b>     | <b>15,5</b> |
| <b>Sul</b>                 | <b>19.499,3</b>     | <b>19.626,5</b>     | <b>0,7</b>  | <b>3.852</b>          | <b>4.272</b>        | <b>10,9</b> | <b>75.111,0</b>     | <b>83.838,4</b>     | <b>11,6</b> |
| <b>Norte/<br/>Nordeste</b> | <b>9.937,0</b>      | <b>10.651,8</b>     | <b>7,2</b>  | <b>1.687</b>          | <b>2.514</b>        | <b>49,0</b> | <b>16.764,6</b>     | <b>26.777,1</b>     | <b>59,7</b> |
| <b>Centro/Sul</b>          | <b>48.399,0</b>     | <b>49.710,4</b>     | <b>2,7</b>  | <b>3.509</b>          | <b>4.129</b>        | <b>17,7</b> | <b>169.845,9</b>    | <b>205.246,1</b>    | <b>20,8</b> |
| <b>Brasil</b>              | <b>58.336,0</b>     | <b>60.362,2</b>     | <b>3,5</b>  | <b>3.199</b>          | <b>3.844</b>        | <b>20,2</b> | <b>186.610,4</b>    | <b>232.023,2</b>    | <b>24,3</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Conab. Nota: (1) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª.2ª. safras), soja, sorgo, trigo e tritcale.

A cultura do **algodão** em caroço no **Nordeste** apresentou uma leve melhora, na atual previsão realizada pela CONAB. A estimativa é que a produção alcance 903,6 mil toneladas, incremento de 27,4% em relação a 2015/2016, consolidando o Nordeste como a segunda maior região produtora do País. A queda nos preços da pluma de algodão em meados de 2016, um quadro de oferta e demanda mais ajustado e os elevados custos de produção influenciaram para redução de área no início do plantio no País. Para o Nordeste, o primeiro levantamento da CONAB previa redução de 15,5% em sua área, situação que vem se invertendo pela melhoria dos indicadores de

mercado para cultura, com melhoras nos preços em 2017, levando para uma redução de 11,9% na área neste último levantamento. A **Bahia** concentra 88,1% da produção regional, com 795,9 mil toneladas, sendo o segundo maior estado produtor nacionalmente. O destaque, no entanto fica com o Estado do **Piauí**, cuja produção deverá ser 180,6% superior à safra anterior, alcançando 18,8 mil toneladas em 5,6 mil hectares, resultado da forte recuperação em seu rendimento médio, de 1,2 t/ha para 3,4 t/ha entre as duas safras (Tabela 3). O **Maranhão** continua na segunda posição regional, com 86,9 mil toneladas em 22,2 mil hectares.

## Agropecuária

Tabela 3 - Comparativo de Produção de Grãos, Safras 2015/2016 e 2016/2017, Mil Toneladas

| Estados             | Algodão em Carçoço |                | Var. %       | Arroz           |                 | Var. %      | Feijão         |                | Var. %      | Milho           |                 | Var. %      | Soja            |                  | Var. %      |
|---------------------|--------------------|----------------|--------------|-----------------|-----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|-----------------|-----------------|-------------|-----------------|------------------|-------------|
|                     | 2015/16            | 2016/17        |              | 2015/16         | 2016/17         |             | 2015/16        | 2016/17        |             | 2015/16         | 2016/17         |             | 2015/16         | 2016/17          |             |
| <b>Nordeste</b>     | <b>709,0</b>       | <b>903,6</b>   | <b>27,4</b>  | <b>393,7</b>    | <b>402,2</b>    | <b>2,2</b>  | <b>338,4</b>   | <b>654,3</b>   | <b>93,4</b> | <b>3.435,4</b>  | <b>6.511,1</b>  | <b>89,5</b> | <b>5.107,1</b>  | <b>9.438,1</b>   | <b>84,8</b> |
| Maranhão            | 82,5               | 86,9           | 5,3          | 268,3           | 220,2           | -17,9       | 39,3           | 56,4           | 43,5        | 874,4           | 2.003,2         | 129,1       | 1.250,2         | 2.521,0          | 101,6       |
| Piauí               | 6,7                | 18,8           | 180,6        | 59,7            | 105,5           | 76,7        | 31,0           | 86,4           | 178,7       | 739,5           | 1.247,8         | 68,7        | 645,8           | 2.081,4          | 222,3       |
| Ceará               | 0,2                | 0,3            | 50,0         | 3,0             | 11,8            | 293,3       | 58,4           | 100,8          | 72,6        | 163,8           | 433,1           | 164,4       | -               | -                | -           |
| Rio Grande do Norte | 1,3                | 1,3            | 0,0          | 2,9             | 3,3             | 13,8        | 6,4            | 14,6           | 128,1       | 7,7             | 16,9            | 119,5       | -               | -                | -           |
| Paraíba             | -                  | 0,4            | -            | 0,2             | 0,8             | 300,0       | 12,4           | 26,6           | 114,5       | 20,1            | 44,4            | 120,9       | -               | -                | -           |
| Pernambuco          | -                  | -              | -            | 1,4             | 0,8             | -42,9       | 43,5           | 56,2           | 29,2        | 22,2            | 40,0            | 80,2        | -               | -                | -           |
| Alagoas             | -                  | -              | -            | 17,2            | 17,5            | 1,7         | 8,2            | 15,1           | 84,1        | 19,1            | 17,8            | -6,8        | -               | -                | -           |
| Sergipe             | -                  | -              | -            | 37,0            | 35,0            | -5,4        | 1,7            | 9,3            | 447,1       | 140,7           | 777,0           | 452,2       | -               | -                | -           |
| Bahia               | 618,3              | 795,9          | 28,7         | 4,0             | 7,3             | 82,5        | 137,5          | 288,9          | 110,1       | 1.447,9         | 1.930,9         | 33,4        | 3.211,1         | 4.835,7          | 50,6        |
| <b>Norte</b>        | <b>21,7</b>        | <b>28,4</b>    | <b>30,9</b>  | <b>1.017,8</b>  | <b>1.073,4</b>  | <b>5,5</b>  | <b>77,1</b>    | <b>79,1</b>    | <b>2,6</b>  | <b>1.966,8</b>  | <b>2.525,1</b>  | <b>28,4</b> | <b>3.818,9</b>  | <b>5.330,3</b>   | <b>39,6</b> |
| <b>Sudeste</b>      | <b>80,9</b>        | <b>70,8</b>    | <b>-12,5</b> | <b>54,6</b>     | <b>53,4</b>     | <b>-2,2</b> | <b>710,1</b>   | <b>816,2</b>   | <b>14,9</b> | <b>9.794,3</b>  | <b>12.002,6</b> | <b>22,5</b> | <b>7.574,9</b>  | <b>8.078,9</b>   | <b>6,7</b>  |
| <b>Sul</b>          | <b>-</b>           | <b>-</b>       | <b>-</b>     | <b>8.528,9</b>  | <b>9.762,9</b>  | <b>14,5</b> | <b>828,5</b>   | <b>1.038,1</b> | <b>25,3</b> | <b>23.089,7</b> | <b>27.205,2</b> | <b>17,8</b> | <b>35.181,1</b> | <b>40.016,2</b>  | <b>13,7</b> |
| <b>Centro-Oeste</b> | <b>2.412,7</b>     | <b>2.722,0</b> | <b>12,8</b>  | <b>608,0</b>    | <b>671,2</b>    | <b>10,4</b> | <b>558,8</b>   | <b>740,1</b>   | <b>32,4</b> | <b>28.244,4</b> | <b>44.588,5</b> | <b>57,9</b> | <b>43.752,6</b> | <b>50.149,9</b>  | <b>14,6</b> |
| <b>Brasil</b>       | <b>3.226,3</b>     | <b>3.724,8</b> | <b>15,5</b>  | <b>10.603,0</b> | <b>11.963,1</b> | <b>12,8</b> | <b>2.512,9</b> | <b>3.327,8</b> | <b>32,4</b> | <b>66.530,6</b> | <b>92.832,5</b> | <b>39,5</b> | <b>95.434,6</b> | <b>113.013,4</b> | <b>18,4</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB. Acompanhamento da safra brasileira: grãos, safra 2016/2017, oitavo levantamento. Nota: Arroz sequeiro e irrigado; feijão 1ª, 2ª e 3ª safras; milho 1ª e 2ª safras.

**Maranhão** e **Piauí** se destacam regionalmente na produção de **arroz**. Estes dois estados concentram 76,5% da produção do Nordeste, com 220,2 mil e 105,5 mil toneladas, respectivamente. No entanto apresentam comportamentos distintos nesta safra. Enquanto o Piauí obteve um incremento de 76,7% em sua produção como resultado da recuperação da lavoura, o Maranhão apresentou declínio de 17,9%. Ambos tiveram reduções de áreas, de 17,6% e 22,6%, respectivamente. O declínio na área, principalmente no cultivo de sequeiro, é resultado da opção do produtor por culturas mais rentáveis, a exemplo da soja e do milho. Os destaques regionais na produção de arroz em 2016/2017 comparativamente a safra anterior cabem aos Estados da **Paraíba** (+300,0%) e do **Ceará** (+293,3%), embora apresentem pouca representatividade regional.

O **feijão** foi o grão que apresentou a segunda maior elevação na estimativa de produção no **Nordeste** neste último levantamento, ficando atrás apenas da soja, e a primeira posição em termos de recuperação de safra em relação a 2015/2016. Espera-se que para 2016/2017, a Região colha 654,3 mil toneladas, incremento de 93,4% em relação à safra anterior, em 1,5 milhão de hectares. A produção de feijão na Região, assim como o milho, é bastante atomizada e também ocorre em áreas de caatinga, o que torna esta cultura mais vulnerável aos problemas regionais de estiagem. Em consequência, o seu rendimento é o mais baixo dentre as regiões do País, de

apenas 426,0 kg/ha, ou 23,4% do rendimento da Região Sul, maior produtora nacional. Para esta safra, a **Bahia** deverá produzir 288,9 mil toneladas, incremento de 110,1% reativa à safra 2015/2016, enquanto o **Ceará** produzirá 100,8 mil toneladas (+72,6%), destacando-se como principais produtores regionais.

A produção de **milho** no **Nordeste** deverá alcançar 6,5 milhões de toneladas, 89,5% superior à 2015/2016, resultado da forte recuperação de suas lavouras (78,2% a mais no rendimento), assim como aconteceu com o feijão, mesmo sua área se expandido em apenas 6,3% na região. Novamente, para este último levantamento, o **Maranhão** deverá se tornar o maior produtor regional, com 2,0 milhões de toneladas (+129,1%), seguido da **Bahia** (1,9 milhões de toneladas, +33,4%) e **Piauí** (1,2 milhões de toneladas, +68,7%). Estes três estados concentram sua produção de grãos nos cerrados, com uso de tecnologia intensiva e com regime de chuvas mais regular que, juntamente com **Sergipe** (o qual apresenta o melhor rendimento regional de 4,4 t/ha), garante um rendimento superior aos outros estados da Região.

As expectativas de produção para cultura da **soja** no Nordeste continuam a se elevar a cada levantamento da CONAB, de 5,5% superior ao estimado no mês de abril. Tanto o mercado quanto as condições de plantio demonstraram-se favoráveis como incentivo aos produtores para o cultivo deste grão na Região.

## Agropecuária

A área plantada deverá elevar-se em 7,5%, alcançando 3,1 milhões de hectares, com produção de 9,4 milhões de toneladas (+84,8%) e 3,1 t/ha (+71,9%). Destaque para o Estado do **Piauí**, que deverá apresentar os melhores indicadores para esta cultura, com incrementos de 22,8% na área (693,8 mil hectares), 162,5% no rendimento (3 mil t/ha), e 222,3% na produção (2,1 mil toneladas). A produção regional se concentra nos cerrados dos Estados do **Maranhão**, **Piauí** e **Bahia**, sendo este último o maior produtor regional, com 4,8 milhões de toneladas (51,2% do total do Nordeste).

Quanto à **pecuária**, o País foi impactado em março pelos resultados da operação “Carne Fraca”, da Polícia Federal, em razão de estarem envolvidas grandes empresas do setor e órgãos governamentais de fiscalização em supostas irregularidades. Em nove dias, 22 países e blocos econômicos suspenderam total ou parcialmente a compra de carne brasileira. Entre eles, Hong Kong, maior importador de 2016, União Europeia, China e Chile. A Associação de Comércio Exterior do Brasil estimou perdas de R\$ 1 bilhão nas exportações em dois meses, afetando,

além da cadeia produtiva da carne, a de alguns grãos muito utilizados na ração animal, como soja e milho. O governo brasileiro investiga as denúncias, e, em conjunto com o setor produtivo, agiu rapidamente para evitar novas sanções, que prejudicaram também as ações dos frigoríficos brasileiros nas bolsas de valores.

Apesar da repercussão negativa, no final de março, as exportações brasileiras de carne bovina ainda aumentaram 24% frente a fevereiro/17, atingindo 98,2 mil toneladas, em parte por este mês ter menos dias úteis. Na comparação com março de 2016, houve queda de 11% em volume. O preço da arroba da carne bovina (índice CEPEA/ESALQ) já vinha em baixa durante o primeiro trimestre, caindo 6,6%, de R\$ 149,46 para R\$ 139,61, em razão da demanda enfraquecida frente aos altos preços dos últimos meses. E a confirmação dos embargos por parte dos países importadores, em razão da operação da PF, fez com que frigoríficos suspendessem aquisições ou pressionassem valores para obter novos lotes, levando pecuaristas a postergarem negociações.

## Indústria

*Autora:*

*Liliane Cordeiro Barroso, Economista do Banco do Nordeste/ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.*

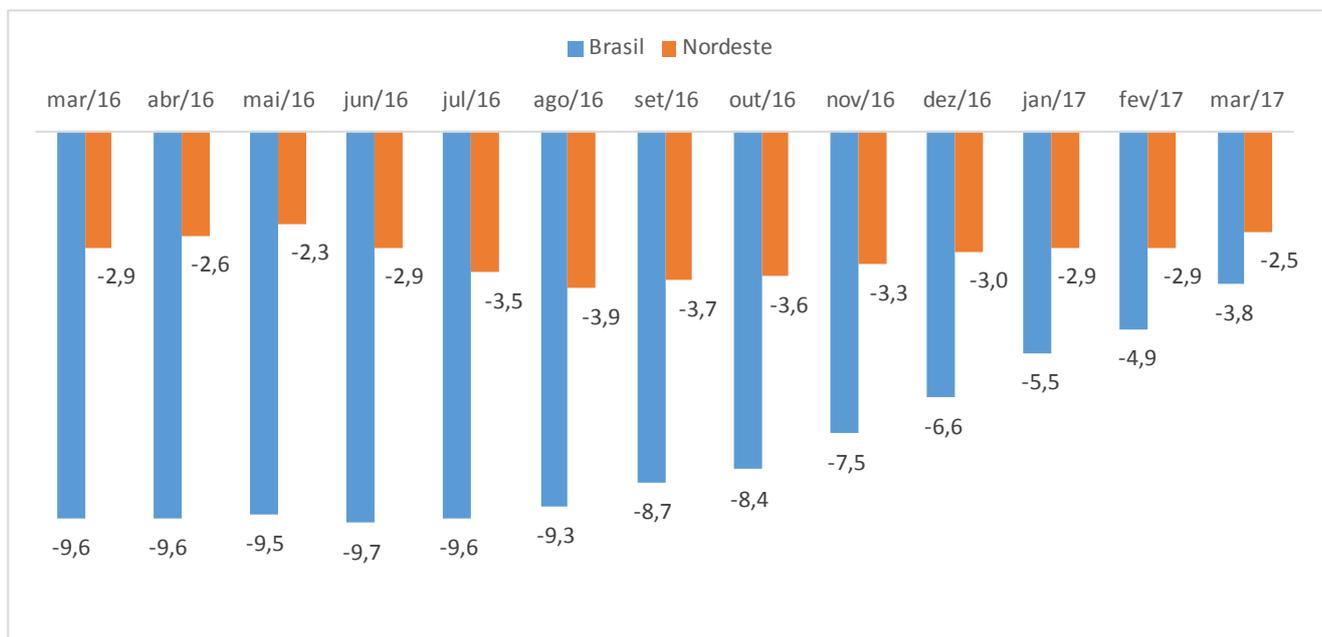
O nível de atividade industrial na região Nordeste ficou praticamente estável em março, frente a fevereiro de 2017 (0,1%), mas registrou, nesta base de comparação, melhor resultado do que a média nacional (-1,8%) que vem apresentando comportamento predominantemente negativo desde o início do ano. Na comparação com março de 2016, houve retração na Região, de -2,5%, desta vez em direção oposta ao resultado nacional positivo de 1,1%. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador acumulado para o primeiro trimestre do ano de 2017, frente a igual período do ano anterior, também

foi menos favorável para a Região (-2,5%) do que para o País (0,6%) que foi capaz de aumentar a produção industrial, se comparada ao primeiro trimestre de 2016.

Quanto à taxa de crescimento acumulada nos últimos 12 meses, tendo como base igual período imediatamente anterior, se mantém o quadro de retração da atividade industrial tanto no Brasil (-3,8%), quanto no Nordeste (-2,5%). Contudo é possível observar (Gráfico 1) que desde a segunda metade do ano de 2016 as taxas negativas vem se reduzindo, embora de forma mais acentuada no País do que na Região, cuja trajetória se mostra mais estável, demonstrando capacidade de reação mais lenta do que a indústria nacional.

Gráfico 1 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) - Brasil e Nordeste – Mar/2016 a Mar/ 2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: ETENE/BNB, com dados do IBGE.

O Gráfico 1 aponta que, embora durante todo o período em análise, a taxa anualizada (indicador acumulado nos últimos 12 meses) da indústria nordestina tenha sido menos negativa do que a nacional, o ritmo de desaceleração da queda da produção industrial no País tem sido maior do que o da Região. Por exemplo, desde a

menor taxa nacional, em junho de 2016 (-9,7%) até março de 2017 (-3,8%), houve uma variação positiva de 5,9 pontos percentuais no indicador de atividade industrial brasileira, significando uma melhora de 60,8% no indicador.

## Indústria

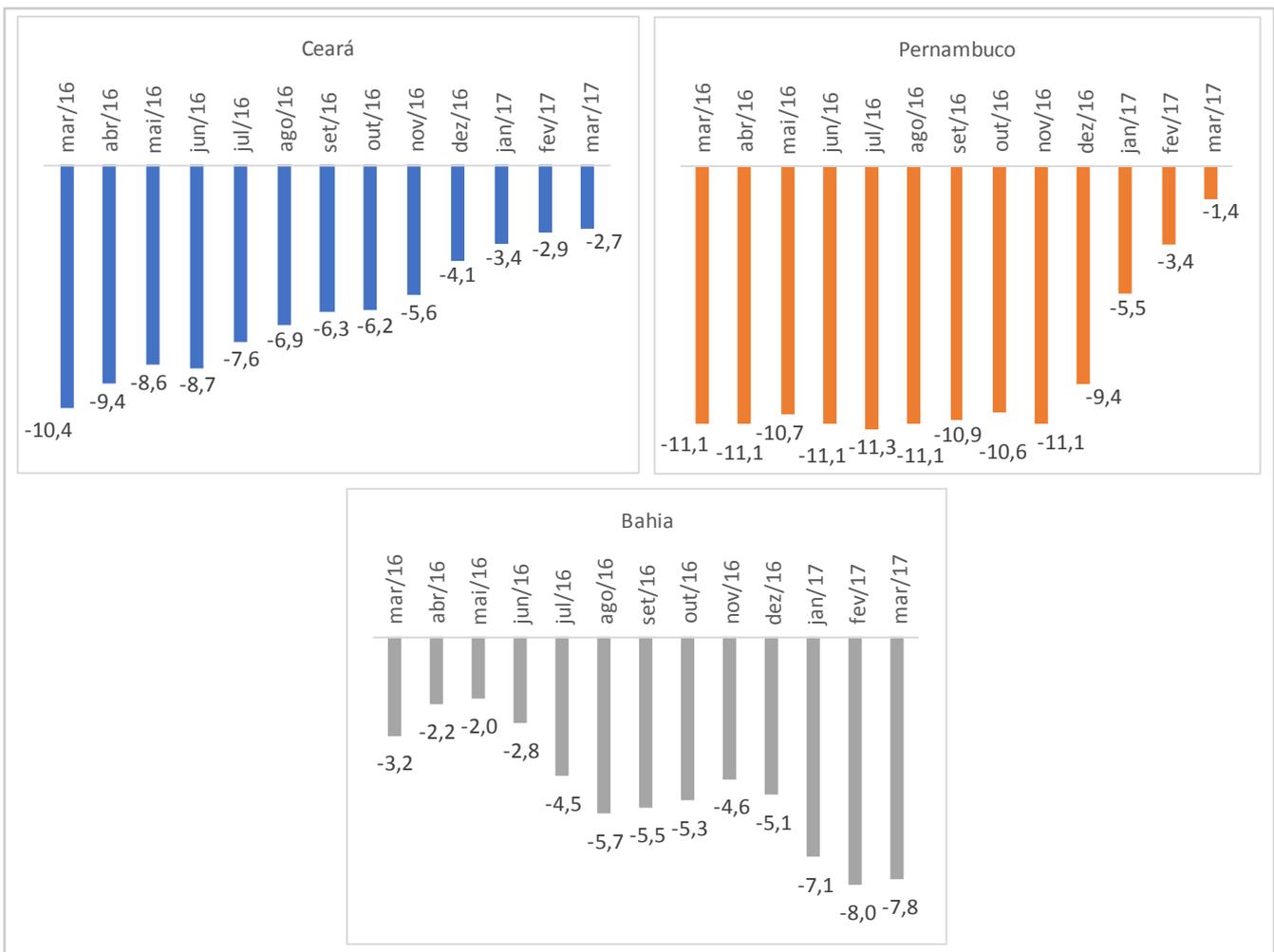
No Nordeste, esta variação foi de 1,4 ponto percentual, ao passar de -3,9% em agosto de 2016 (pior resultado durante o período em análise) para -2,5% em março de 2017, assinalando uma melhora de 35,9% no indicador regional.

Vale ressaltar que não se deve confundir a desaceleração das taxas negativas da produção industrial com a recuperação da referida atividade. Na verdade, as sucessivas quedas na produção representam o aprofundamento da retração da indústria, na medida em que o nível de atividade tem diminuído a partir de patamares já bastante reduzidos. Portanto, o que vem

ocorrendo é um contínuo distanciamento entre o atual nível de produção industrial e aquele já alcançado anteriormente. Desta forma, os dados apresentados no Gráfico 1 referem-se ao fato de que, embora caindo, o ritmo de queda tem sido menor, o que pode evoluir, em algum momento, para uma taxa positiva e, apenas neste momento, poder-se-á apontar para o início de um processo de recuperação do setor.

Para os estados do Nordeste divulgados pela pesquisa do IBGE, este movimento tem se dado conforme o indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) – Ceará, Pernambuco e Bahia – Mar/2016 a Mar/2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: ETENE/BNB, com dados do IBGE

## Indústria

O estado do **Ceará** vem mostrando comportamento relativamente regular, melhorando continuamente as taxas negativas da produção industrial. Desde junho de 2016 (-8,7%), as taxas de crescimento anualizadas da produção vem se tornando gradativamente menos negativas, chegando a -2,7% em março de 2017 (Gráfico 2). Esta trajetória permite visualizar uma tendência à recuperação da atividade industrial cearense, de modo a sugerir uma possibilidade de taxas melhores nos meses seguintes.

**Pernambuco**, praticamente durante todo o ano de 2016, apresentou um nível de queda relativamente estável e elevado, conforme indica a taxa anualizada, diminuindo o ritmo apenas a partir de dezembro de 2016 (-9,4%). Desde então, vem se mostrando como o estado com perspectiva de recuperação mais acelerada, de tal forma que, no mês de março (-1,4%), foi o que registrou o indicador nordestino menos desanimador (Gráfico 2).

A **Bahia** tem apresentado um comportamento irregular, demonstrando, no geral, uma trajetória de aceleração das perdas na atividade industrial desde dezembro de 2016 (-5,1%). Após forte queda na passagem de janeiro para fevereiro (de -7,1% para 8,0%), a taxa de crescimento da produção industrial anualizada ficou relativamente estável em março de 2017, quando assinalou -7,8% (Gráfico 2).

No **Nordeste**, a taxa anualizada de março de 2017 (-2,5%) refletiu a queda na produção de dez das quinze atividades pesquisadas pelo IBGE. Merecem destaque a indústria extrativa (-4,3%); a fabricação de produtos alimentícios (-0,9%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-10,5%); produtos de minerais não metálicos (-13,7%) e metalurgia (-10,0%). Registraram aumento, a fabricação de bebidas (1,2%), a preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (4,5%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,4%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (20,3%).

A taxa anualizada no **Ceará** (-2,7%) apontou crescimento em cinco das onze atividades pesquisadas no período (Gráfico 3), demonstrando melhoria no desempenho dos setores: produtos alimentícios (2,5%); produtos têxteis

(13,2%); artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (4,1%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,6%) e outros produtos químicos (3,6%). Os recuos se deram em bebidas (-15,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-9,2%), metalurgia (-16,5%), produtos de minerais não-metálicos (-12,7%); produtos de metal (-35,4%) e máquinas e aparelhos e materiais elétricos (-3,3%).

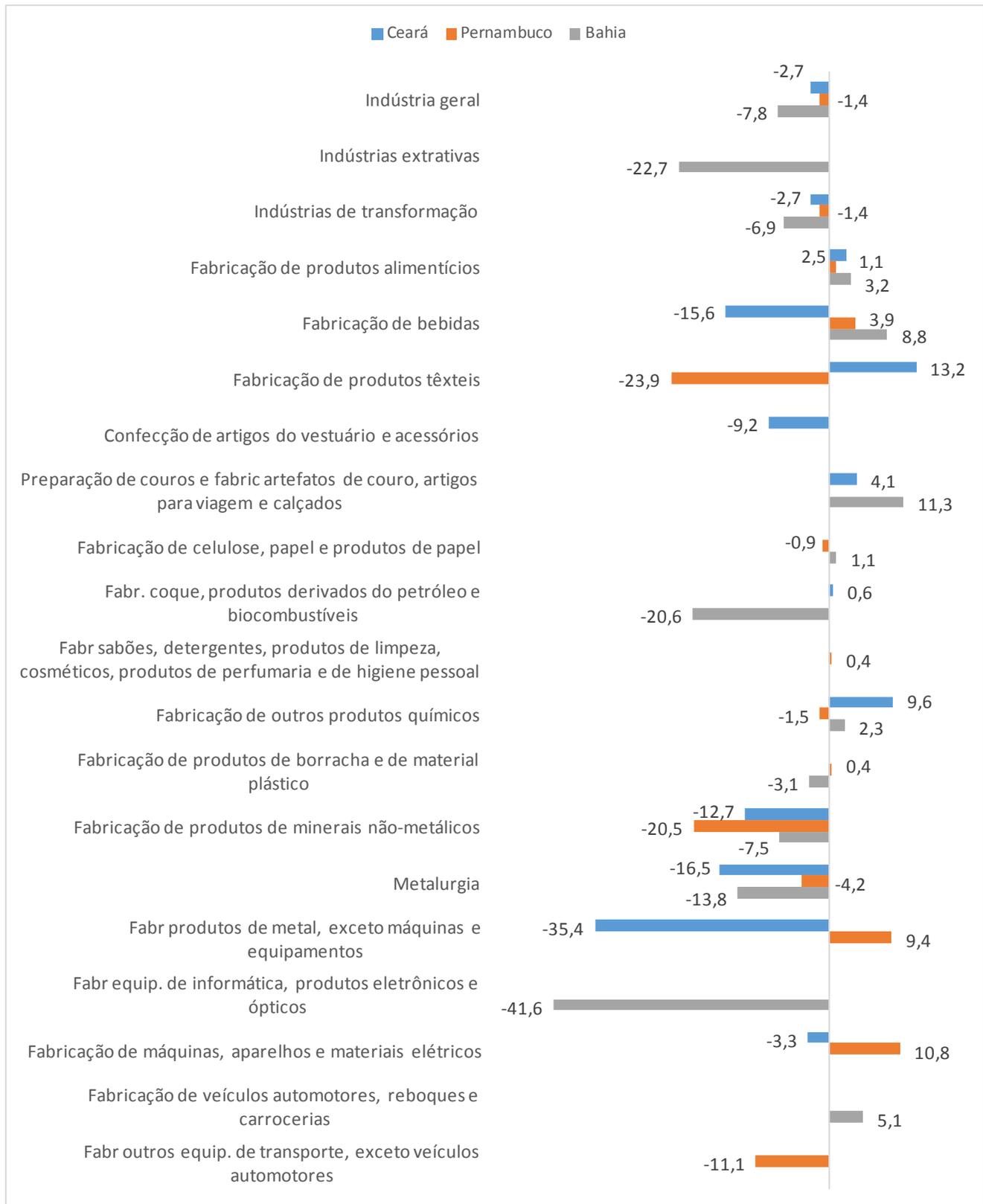
Em **Pernambuco** (-1,4%), seis das doze atividades assinalaram aumento na produção na taxa anualizada (Gráfico 3), também apresentando melhor desempenho entre os setores. Destacaram-se: produtos alimentícios (1,1%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,8%); bebidas (3,9%); produtos de borracha e material plástico (0,4%) e fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,8%). Os setores que atingiram mais negativamente a média do Estado foram: fabricação de produtos químicos (-1,5%); produtos de minerais não-metálicos (-20,5%); metalurgia (-4,2%); outros equipamentos de transporte (-11,1%).

Na **Bahia** (-7,8%), os resultados intersetoriais também foram mais equilibrados, com seis dos doze setores pesquisados registrando aumento na produção, na taxa anualizada (Gráfico 3). Destacaram-se produtos alimentícios (3,1%); outros produtos químicos (2,3%); veículos automotores, reboques e carrocerias (5,1%); produtos alimentícios (3,2%) e celulose, papel e produtos de papel (1,1%). Os principais impactos negativos foram em coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-20,6%), metalurgia (-13,1%) e indústrias extrativas (-22,7%).

Os resultados de março indicam que a crise no setor industrial ainda é uma realidade no País e no Nordeste. Contudo, na comparação com os indicadores auferidos nos dois primeiros meses deste ano, observa-se que, entre os estados nordestinos, vem aumentando o número de setores com desempenho positivo, com base na taxa anualizada, assinalando a tendência de recuperação industrial na Região.

## Indústria

Gráfico 3 - Produção Industrial por seções e atividades industriais: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) – Ceará, Pernambuco e Bahia – Março de 2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: ETENE/BNB, com dados do IBGE

## Serviços

Autores:

Airton Saboya Valente Junior, Economista, Gerente da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do BNB/ETENE;

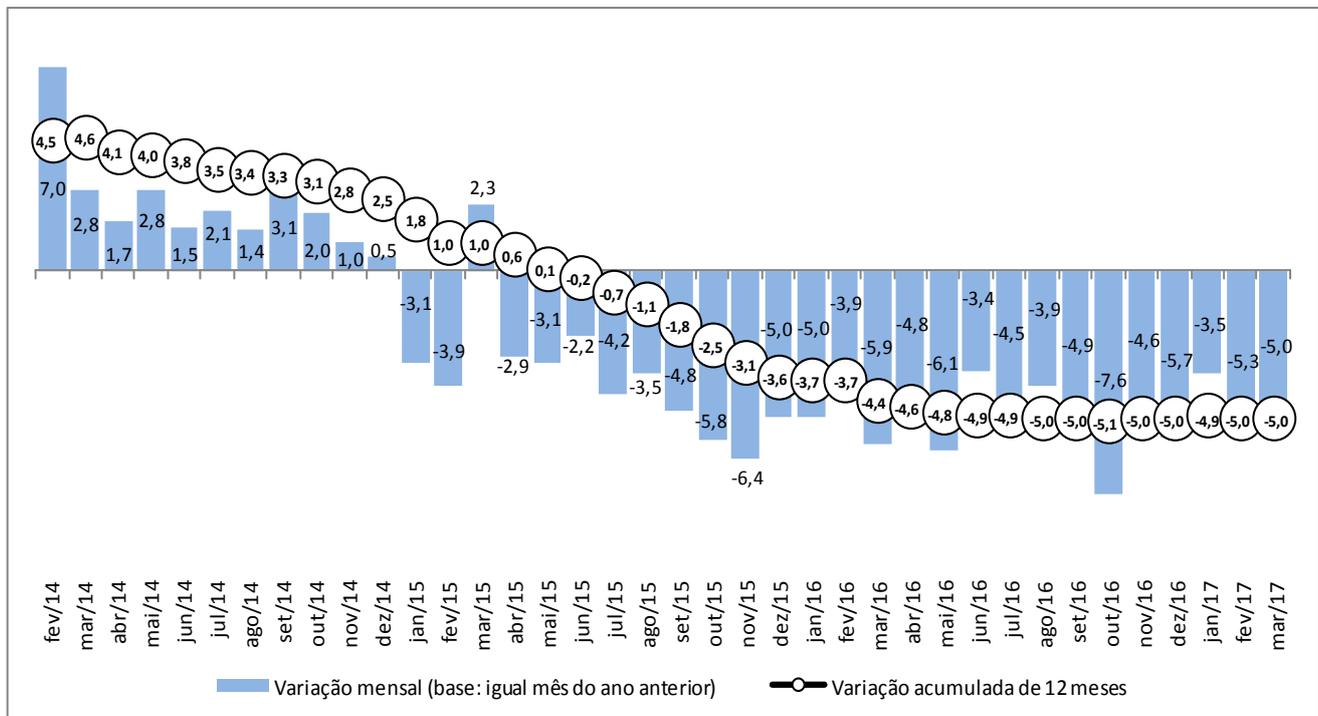
Francisca Crisia Diniz Alves, Estagiária do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

Rodrigo Fernandes Ribeiro, Estagiário do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de serviços ainda mantém um de retração. Em março de 2017, o volume de serviços no Brasil declinou 5,0% frente a março de 2016 (Gráfico 1), constituindo-se na 24a queda mensal consecutiva,

tendência iniciada em janeiro de 2015 e interrompida somente em março daquele ano. No primeiro trimestre de 2017, o volume de serviços declinou 4,6%, enquanto que no acumulado dos últimos 12 meses, o volume de serviços no País caiu 5,0%.

Gráfico 1 – Variação % do volume de serviços mensal e acumulado em doze meses – Brasil -Fevereiro/2014 a março/2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em doze meses, todas as atividades e subatividades de serviços declinaram no Brasil, em especial transportes (-7,2%), serviços profissionais (-6,1%) e serviços prestados às famílias (-4,6%). Além disso, todas as subatividades declinaram no período em análise, principalmente serviços técnico-profissionais (-13,4%), transporte aquaviário (-11,5%) e transporte terrestre (-9,3%),

conforme especificado na Tabela 1.

Considerando as unidades federativas da área de atuação do Banco do Nordeste, no primeiro trimestre de 2017, Rio Grande do Norte (+2,6%), Piauí (+1,8%) e Alagoas (+0,8%) foram os únicos Estados a registrar crescimento em termos de volume de serviços.

## Serviços

Tabela 1 - Variação <sup>(1)</sup> % do volume de serviços por atividade e subatividade acumulada em doze meses - Brasil – Março de 2017

| Atividades e subatividades  | Variação    |
|---|-------------|
| <b>Serviços prestados às famílias</b>                             | <b>-4,6</b> |
| Serviços de alojamento e alimentação                              | -4,7        |
| Outros serviços prestados às famílias                             | -4,1        |
| <b>Serviços de informação e comunicação</b>                       | <b>-2,2</b> |
| Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)          | -1,4        |
| Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias           | -6,9        |
| <b>Serviços profissionais, administrativos e complementares</b>   | <b>-6,1</b> |
| Serviços técnico-profissionais                                    | -13,4       |
| Serviços administrativos e complementares                         | -3,4        |
| <b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio</b> | <b>-7,2</b> |
| Transporte terrestre  | -9,3        |
| Transporte aquaviário   | -11,5       |
| Transporte aéreo  | -4,8        |
| Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio        | -3,6        |
| <b>Outros serviços</b>  | <b>-4,1</b> |
| <b>Total</b>  | <b>-5,0</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

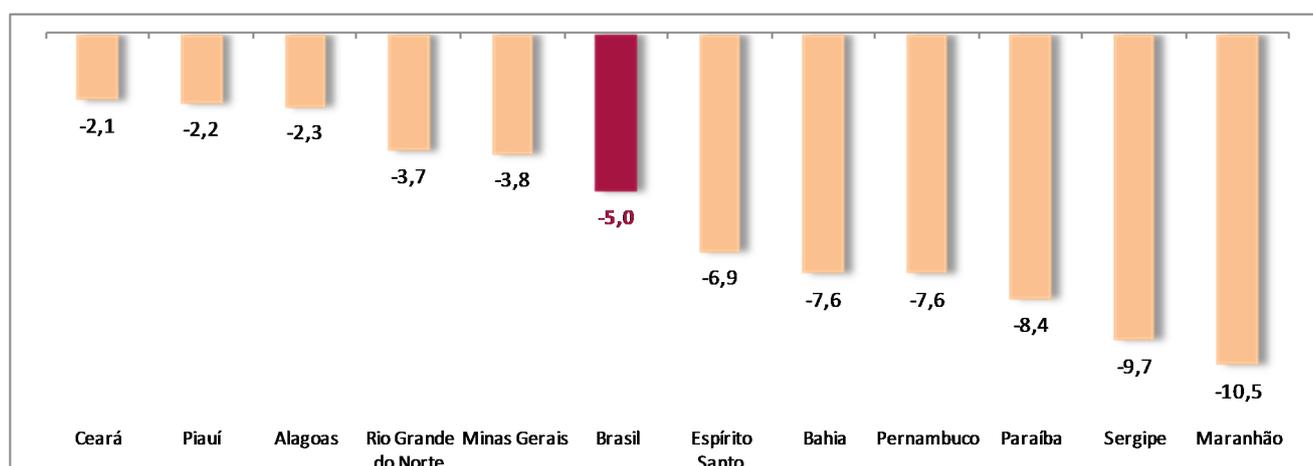
Nota: (1) Em relação aos 12 meses imediatamente anteriores

Por outro lado, Sergipe (-13,4%), Maranhão (-10,8%), Paraíba (-8,4%) e Pernambuco (-4,9%) apresentaram resultados inferiores em comparação com a média nacional (-4,6%). Bahia (-3,8%), Minas Gerais (-2,5%), Espírito Santo (-2,5%) e Ceará (-0,2%) também declinaram.

No acumulado dos últimos 12 meses, Ceará (-2,1%), Piauí (-2,2%), Alagoas (-2,3%), Rio Grande do Norte (-3,7%) e

Minas Gerais (-3,8%) apresentaram variação negativa em seus respectivos volumes de serviços, resultados ligeiramente mais favoráveis em comparação com a média nacional (-5,0%). Por outro lado, Espírito Santo (-6,9%), Bahia (-7,6%), Pernambuco (-7,6%), Paraíba (-8,4%), Sergipe (-9,7%) e Maranhão (-10,5%) apresentaram desempenhos inferiores em contraste com a média nacional (-5,0%), conforme especificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Variação <sup>(1)</sup> % do volume de serviços acumulado em 12 meses - Brasil e estados selecionados – Março de 2017



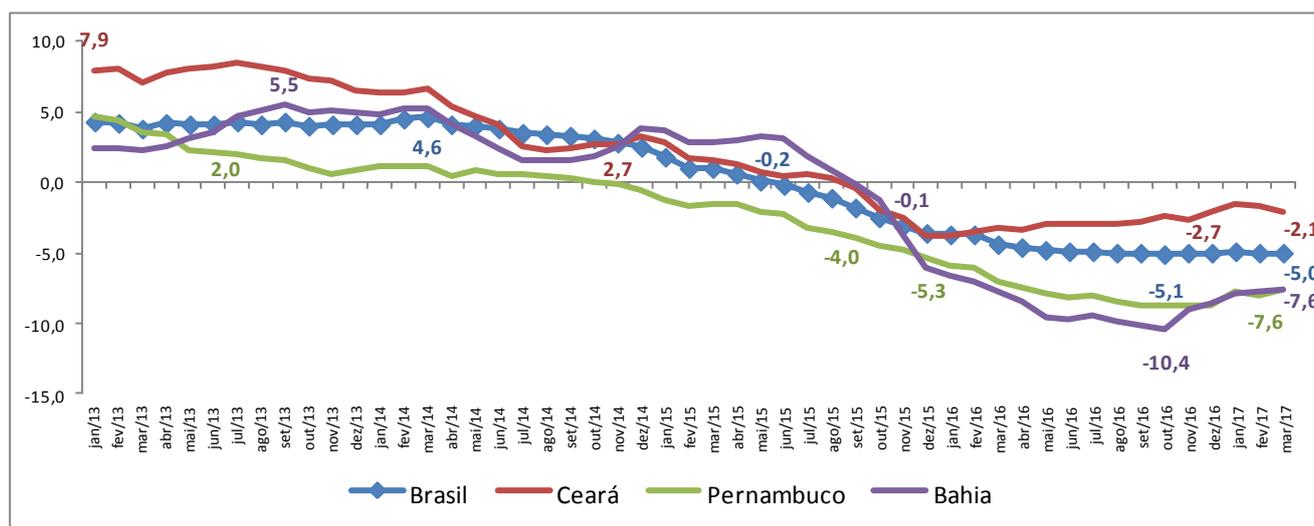
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

## Serviços

Dentre os estados do Nordeste que apresentam maior impacto na economia regional, vale ressaltar que, tanto na Bahia quanto no Ceará, o volume de serviços tem

apresentado variação negativa desde setembro de 2015. Pernambuco tem registrado declínio em suas atividades de serviços desde dezembro de 2014 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Variação %<sup>(1)</sup> do volume de serviços por atividades acumulado em doze meses – Brasil e estados selecionados - Janeiro/2013 a março/2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

No Ceará, os serviços declinaram 2,1% no acumulado dos últimos doze meses, tendo outros serviços registrado a maior queda nesse período (-20,7%), seguida de serviços prestados às famílias (-8,9%) e serviços de informação e comunicação (-3,3%). Por outro lado, serviços profissionais (+3,8%) e transporte (+2,1%) apresentaram crescimento no acumulado dos últimos 12 meses (Tabela 2).

Em Pernambuco, o volume de serviços declinou 7,6% no acumulado dos últimos doze meses. As atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares

(-15,7%) e transportes (-15,7%) apresentaram os piores desempenhos do setor. Em contraste, os serviços prestados às famílias (+4,4%) e outros serviços (+3,8%) registraram desempenho favorável no período em análise.

Na Bahia, os serviços declinaram 7,6% no acumulado dos últimos doze meses. Serviços profissionais (+1,5%) têm contribuído para amenizar o mau desempenho do setor, em contraste com transportes (-14,5%) e outros serviços (-12,2%) que apresentaram as maiores retrações, de acordo com os dados da Tabela 2.

Tabela 2 - Variação %<sup>(1)</sup> do volume de serviços por atividades acumulado em doze meses - Brasil e estados selecionados - março de 2017

| Atividades de Serviços                                     | Ceará       | Pernambuco  | Bahia       | Minas Gerais | Espírito Santo |
|--|-------------|-------------|-------------|--------------|----------------|
| Serviços prestados às famílias                             | -8,9        | 4,4         | -6,8        | -2,8         | -13,8          |
| Serviços de informação e comunicação                       | -3,3        | -7,7        | -4,4        | -0,2         | 2,3            |
| Serviços profissionais, administrativos e complementares   | 3,8         | -15,7       | 1,5         | -5,1         | -26,4          |
| Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio | 2,1         | -15,7       | -14,5       | -7,4         | -3,6           |
| Outros serviços  | -20,7       | 3,8         | -12,2       | 5,2          | -14,7          |
| <b>Total</b>   | <b>-2,1</b> | <b>-7,6</b> | <b>-7,6</b> | <b>-3,8</b>  | <b>-6,9</b>    |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

## Serviços

Em Minas Gerais, O declínio do setor foi de -3,8%, com a atividade de transportes (-7,4%) obtendo a pior variação no acumulado dos últimos doze meses, seguido de serviços profissionais (-5,1%) e serviços prestados às famílias (-2,8%). Por sua vez, o resultado de outros serviços (+5,2%) amenizou a queda no volume total.

No Espírito Santo, o volume de serviços decresceu 6,9%. O desempenho mais favorável ficou por conta dos serviços de informação e comunicação com variação positiva de 2,3%, enquanto que serviços profissionais (-26,4%) e outros serviços (-14,7%) apresentaram os

piores resultados, além das atividades de serviços prestados às famílias (-13,8%) e transportes (-3,6%).

Especificamente em relação ao volume de atividades turísticas, Pernambuco tem se destacado, com variação de +8,8% no primeiro bimestre de 2017 e 4,5% no acumulado dos últimos doze meses. Bahia (+3,6%) e Minas Gerais (+3,6%) também registrara crescimento no acumulado de 2017. Por outro lado, Ceará (-0,2%), Espírito Santo (-12,4%) seguiram com tendência de queda no volume das atividades turísticas nos três primeiros meses de 2017, conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Variação % do volume de serviços das atividades turísticas - Brasil e estados selecionados - Fevereiro 2017

|                | No Ano      | Em 12 Meses |
|----------------|-------------|-------------|
| Ceará          | -0,2        | -4,6        |
| Pernambuco     | 8,8         | 4,5         |
| Bahia          | 3,6         | -7,4        |
| Minas Gerais   | 3,6         | -6,9        |
| Espírito Santo | -12,4       | -9,2        |
| <b>Brasil</b>  | <b>-8,3</b> | <b>-4,1</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os serviços deverão apresentar maior dificuldade em recuperar o crescimento. A maior dependência das condições internas por parte do setor deverá contribuir para retardar a reativação do nível de atividade após dois

anos de perdas (-3,6% em 2015 e -5,0% em 2016). Além do fraco nível geral de atividade econômica interna, a maior resiliência dos preços dos serviços tem se colocado como um obstáculo adicional à retomada do crescimento das atividades terciárias. A CNC estima que as receitas dos serviços declinarão 2,6% no Brasil em 2017.

## Comércio Varejista

Autores:

Airton Saboya Valente Junior, Economista do Banco do Nordeste /ETENE, Gerente da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

Francisca Crisia Diniz Alves, Estagiária do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

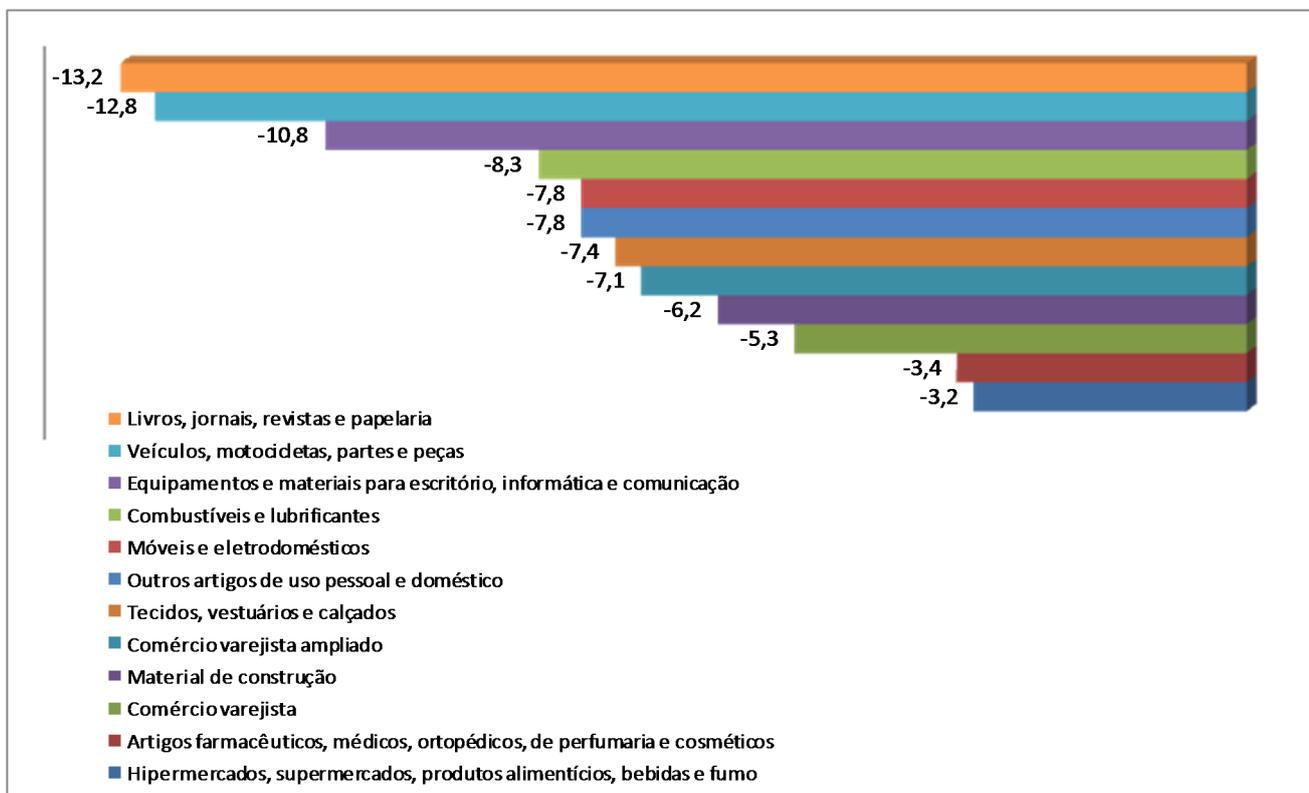
Rodrigo Fernandes Ribeiro, Estagiária do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

O **comércio varejista no Brasil** acumulou redução de 3,0% nos três primeiros meses de 2017. Em relação ao **comércio varejista ampliado**, que inclui o varejo, a venda de veículos e de material de construção, a queda foi de -2,5% no primeiro trimestre do corrente ano. Apenas três atividades registraram crescimento no acumulado do corrente ano: móveis e eletrodomésticos (3,0%), material de construção (4,2%) e tecidos, vestuário e calçados (4,7%). Os maiores declínios ocorreram em material para escritório (-11,2%), veículos (-8,1%), combustíveis (-5,6%) e outros artigos de uso pessoal (-5,3%). Seguiram livros, jornais, revistas e papelaria (-5,0%), hipermercados e supermercados (-3,1%) e artigos farmacêuticos (-2,9%).

No acumulado de 12 meses, o volume de vendas no País

reduziu-se em 5,3%, enquanto que o comércio varejista ampliado apresentou queda de 7,1% nessa mesma base de comparação. As vendas de todos os grupos que compõem a atividade comercial apresentaram recuo nos últimos 12 meses no Brasil, em especial a **comercialização de livros, jornais, revistas e papelaria** (-13,2%), **venda de veículos e motos, partes e peças** (-12,8%), **equipamentos e materiais para escritório** (-10,8%), **combustíveis e lubrificantes** (-8,3%), **móveis e eletrodomésticos** (-7,8%) e **outros artigos de uso pessoal e doméstico** (-7,8%). A atividade com o menor recuo diz respeito a **hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo**, que registrou variação de -3,2% nos últimos 12 meses (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Variação no volume de vendas do comércio no Brasil - Acumulado em 12 meses finalizado em março 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

## Comércio Varejista

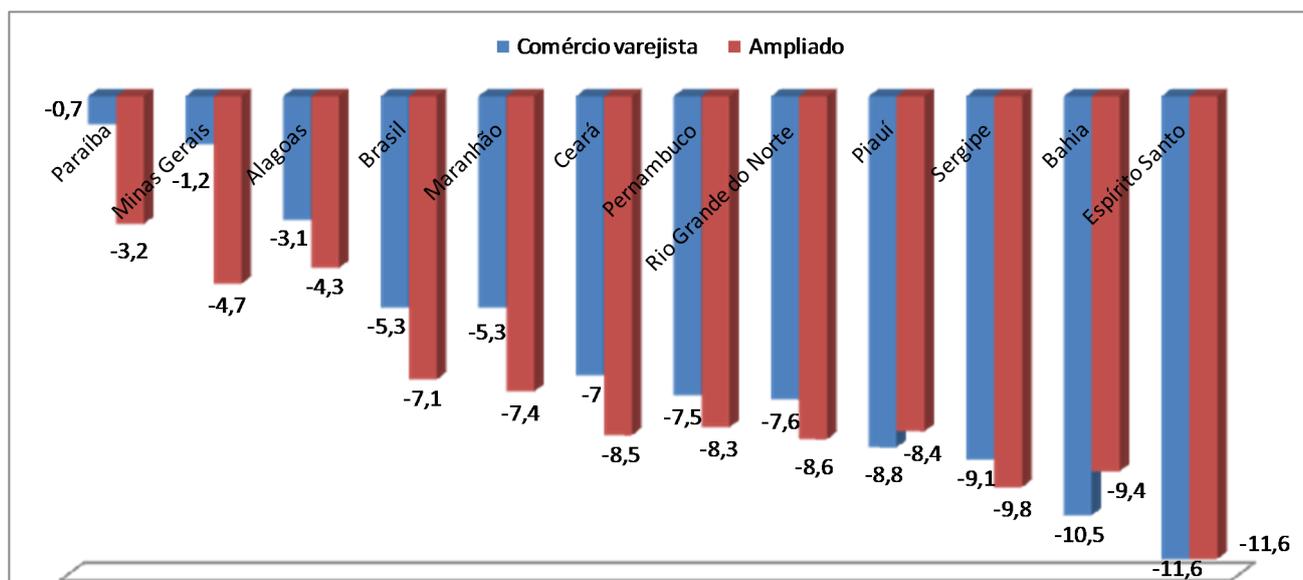
Em termos regionais, o comércio varejista dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste apresentou trajetória de queda no acumulado de 2017, com exceção de **Alagoas** (+5,4%), **Minas Gerais** (+1,0%) e **Paraíba** (+0,2%). Seguem os dados para as demais unidades federativas: **Espírito Santo** (-13,6%), **Sergipe** (-9,2%), **Piauí** (-8,1%), **Ceará** (-7,0%), **Bahia** (-4,9%), **Rio Grande do Norte** (-2,8%), **Pernambuco** (-0,8%) e **Maranhão** (-0,5%).

Quanto ao comércio varejista ampliado, apenas **Alagoas** (+3,6%), **Maranhão** (+1,9%) e **Paraíba** (+1,5%) apresentaram crescimento em termos do volume de vendas no acumulado do ano. Enquanto que **Piauí** (-8,7%), **Sergipe** (-6,5%), **Espírito Santo** (-6,5%), **Rio**

**Grande do Norte** (-5,9%), **Bahia** (-4,5%), **Ceará** (-3,9%), **Minas Gerais** (-2,5%) e **Pernambuco** (-1,2%) apresentaram queda.

O comércio varejista dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste apresentou trajetória de queda no acumulado dos últimos 12 meses, tendo quase todas as unidades federativas registrado resultados inferiores em comparação com a média nacional (-5,3%), com exceção da **Paraíba** (-0,7%), **Minas Gerais** (-1,2%) e **Alagoas** (-3,1%). Quanto ao comércio varejista ampliado, também, na **Paraíba** (-3,2%), **Alagoas** (-4,3%) e **Minas Gerais** (-4,7%) os declínios não superaram o recuo médio nacional (-7,1%), conforme especificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Variação % no volume de vendas do comércio - Estados selecionados e Brasil - Março / 2017 - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O IBGE detalha o desempenho do comércio para os grupos de atividades em cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, ou seja, **Ceará**, **Pernambuco**, **Bahia**, **Minas Gerais** e **Espírito Santo** (Tabela 1).

No **Ceará**, o comércio varejista e o ampliado recuaram -7,0% e -8,5% nos últimos 12 meses, respectivamente. Além disso, todos os grupos de atividades registraram queda, em especial **livros, jornais, revistas e papelaria** (-21,4%), **móveis e eletrodomésticos** (-19,8%) e **veículos, motocicletas, partes e peças** (-12,4%).

Os menores recuos foram registrados no segmento de **equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação** (-1,0%), **tecidos, vestuários e calçados** (-3,4%) e **artigos farmacêuticos** (-3,6%), conforme

especificado na Tabela 1.

Em **Pernambuco**, o comércio apresentou fraco desempenho nos últimos 12 meses, com recuos de 7,5% e 8,3% no varejo e no varejo ampliado, respectivamente. Também, verificou-se expressiva queda no volume de vendas em todos os segmentos pesquisados, especialmente em **móveis e eletrodomésticos** (-23,3%), **livros, jornais, revistas e papelaria** (-15,6%), **hiper e supermercados** (12,6%) e **veículos, motocicletas, partes e peças** (-11,9%).

Os grupos de atividade com os menores declínios são **material de construção** (-5,1%) e **combustíveis e lubrificantes** (-2,1%). O único resultado positivo ocorreu no setor de artigos de uso pessoal e doméstico (+1,0%), vide Tabela 1.

## Comércio Varejista

Na **Bahia**, o comércio varejista e o ampliado recuaram - 10,5% e -9,4% nos últimos 12 meses, respectivamente. Na verdade, todos os grupos de atividades do comércio apresentaram recuo no período em análise, em especial, **combustíveis e lubrificantes** (-13,4%), **móveis e eletrodomésticos** (-12,5%) e **equipamentos e materiais de escritório** (-12,3%). O menor recuo ocorreu no setor de **livros, jornais e revistas** (-0,1%), de acordo com dados da Tabela 1.

Em **Minas Gerais**, o comércio varejista e o ampliado recuaram 1,2% e 4,7%, respectivamente, nos últimos 12 meses. As maiores quedas ocorreram nas atividades de **veículos, motocicletas, partes e peças** (-15,7%), **livros, jornais, revistas e papelaria** (-11,5%) e **material de**

**construção** (-9,7%). Por outro lado, **outros artigos de uso pessoal e doméstico** (+2,5%), **hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo** (+1,2%), **artigos farmacêuticos** (+0,5%) registram expansão, conforme especificado na Tabela 1.

No **Espírito Santo**, o varejo e o ampliado caíram, ambos, 11,6% nos últimos 12 meses. Somente artigos farmacêuticos (+0,6%) apresentou crescimento. Enquanto isso, **equipamentos e materiais para escritório** (-27,7%), **móveis e eletrodomésticos** (-20,9%), **outros artigos de uso pessoal** (-17,1%), **combustíveis** (-15,5%), **material de construção** (-15,4%), **livros, jornais, revistas e papelaria** (-13,4%) e **veículos** (-10,8%) registraram elevados decréscimos (Tabela 1).

Tabela 1 - Variação de volume de vendas do comércio- Março/2017 - Acumulado em 12 meses

| SETORES   | Brasil      | Ceará       | Pernambuco  | Bahia        | Minas Gerais | Espírito Santo |
|---|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|----------------|
| <b>Comércio varejista</b>   | <b>-5,3</b> | <b>-7,0</b> | <b>-7,5</b> | <b>-10,5</b> | <b>-1,2</b>  | <b>-11,6</b>   |
| Combustíveis e lubrificantes  | -8,3        | -8,4        | -2,1        | -13,4        | -8,9         | -15,5          |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo     | -3,2        | -3,7        | -9,4        | -9,3         | 1,2          | -7,4           |
| Hipermercados e supermercados   | -3,2        | -5,2        | -12,6       | -6,6         | 2,4          | -7,1           |
| Tecidos, vestuários e calçados  | -7,4        | -3,4        | -5,6        | -9,8         | -5,3         | -13,9          |
| Móveis e eletrodomésticos   | -7,8        | -19,8       | -23,3       | -12,5        | -1,1         | -20,9          |
| Móveis  | -14,8       | -10,3       | -36,9       | -19,2        | -15,4        | -27,9          |
| Eletrodomésticos  | -8,0        | -28,4       | -16,8       | -13          | 0,7          | -22,6          |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | -3,4        | -3,6        | -5,9        | -10,2        | 0,5          | 0,6            |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                   | -13,2       | -21,4       | -15,6       | -0,1         | -11,5        | -13,4          |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação     | -10,8       | -1,0        | -5,7        | -12,3        | -1,9         | -27,7          |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                               | -7,8        | -8,0        | 1,0         | -8,3         | 2,5          | -17,1          |
| <b>Comércio varejista ampliado</b>                                      | <b>-7,1</b> | <b>-8,5</b> | <b>-8,3</b> | <b>-9,4</b>  | <b>-4,7</b>  | <b>-11,6</b>   |
| Veículos, motocicletas, partes e peças                                  | -12,8       | -12,4       | -11,9       | -6,9         | -15,7        | -10,8          |
| Material de construção  | -6,2        | -12,0       | -5,1        | -7,9         | -9,7         | -15,4          |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a redução da inflação deverá viabilizar a queda nas taxas de juros nos próximos meses e, conseqüentemente, permitir alguma reação das vendas a prazo, em que pese o nível de endividamento das famílias e a deterioração do

mercado de trabalho. Sendo assim, a CNC projeta crescimento de 1,5% no varejo ampliado em 2017. Por sua vez, a pesquisa mais recente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) estima que o varejo restrito deverá crescer 0,5% em 2017.

## Turismo

*Autores:*

*Aírton Saboya Valente Júnior, Economista, Gerente da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do BNB/ETENE.*

*Francisca Crisia Diniz Alves, Estagiária do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.*

*Rodrigo Fernandes Ribeiro, Estagiário do Banco do Nordeste /ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.*

A retração econômica tem afetado o setor de **turismo** no Brasil. De acordo com dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), foram registrados 572 mil voos no País de janeiro a março de 2017, representando uma retração de 8,3% quando comparado com o primeiro trimestre do ano anterior (Tabela 1). Os voos domésticos representaram 94,0% desse total e os internacionais os 6,0% restantes.

O Sudeste concentrou cerca de 307 mil voos (53,7% do total do País), seguido do **Nordeste** com 85,2 mil voos (14,9%); Sul com 71,2 mil voos (12,5%); Centro-Oeste 67,1 mil (11,7%); e Norte com 41,1 mil (7,2%), conforme especificado no Gráfico 1.

Ainda de acordo com a Infraero, 49,9 milhões de **passageiros** transitaram no País no primeiro trimestre de 2017, representando uma queda de 1,4% quando comparado com igual período do ano anterior (Tabela 2). Desse total, 89,0% foram passageiros procedentes de voos domésticos e 11,0% de estrangeiros.

O Sudeste foi beneficiado com o maior fluxo de turismo, cerca de 27,2 milhões de embarques e desembarques de passageiros, o que representa 54,6% do fluxo total. Seguiram o **Nordeste** com 8,4 milhões de embarques e desembarques (17,0%); Centro-Oeste (11,7%) e Sul (11,6%) com cerca de com 5,8 milhões cada; e o Norte com 2,5 milhões (5,1%), conforme especificado no Gráfico 2.

Vale ainda registrar que o Brasil recebeu a visita de 5,4 milhões de **passageiros internacionais** no primeiro trimestre de 2017, o que permitiu gerar uma **receita cambial** de US\$ 1,8 bilhão, conforme dados divulgados pelo Banco Central (BACEN).

Referidos números ficaram estáveis em relação ao mesmo período de 2016, quando 5,4 milhões de turistas visitaram o País, proporcionando uma **receita cambial** de US\$ 1,8 bilhão, como mostra a Tabela 3.

Por sua vez, os gastos efetuados por **turistas brasileiros** em visita ao exterior, medidos pela despesa da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizaram cerca de US\$ 4,4 bilhões no acumulado de janeiro a março de 2017, representando um incremento de 50,4% em relação ao mesmo período de 2016 (Tabela 3).

Devido ao aumento das **despesas** de turistas brasileiros

no exterior e considerando que o incremento das receitas turísticas ficou estável, o **saldo** da conta viagens apresentou um maior déficit no período de janeiro a março de 2017 (US\$ 2,6 bilhões) quando comparado ao mesmo período de 2016 (US\$ 1,1 bilhão) (Tabela 3).

Especificamente no **Nordeste**, a **movimentação de voos** foi de 85,2 mil, com recuo de 8,3%, seguindo a mesma base de comparação. A Região possui 16 aeroportos com voos regulares, sendo 15 administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e um deles concedido à iniciativa privada, o aeroporto de Natal.

Em relação ao **movimento de aeronaves**, **Rio Grande do Norte** (+2,6%), **Pernambuco** (+0,1%) e **Sergipe** (+0,1%) registraram incremento. Os estados com os maiores declínios foram a **Bahia** (-16,7%), **Alagoas** (-13,7%) e **Maranhão** (-9,7%), conforme especificado na Tabela 1.

A **movimentação de aeronaves** registrou aumento nos aeroportos de **Parnaíba-PI** (+10,0%), **Campina Grande-PB** (+3,8%), **Petrolina-PE** (+3,7%), **Natal-RN** (+2,6%) e **Aracaju-SE** (+0,1%), com os maiores recuos ocorrendo em **Paulo Afonso-BA** (-27,0%), seguido por **Imperatriz-MA** (-25,2%) e **Salvador-BA** (-17,7%), conforme a Tabela 4.

**Ainda no Nordeste**, 4,8 milhões de **passageiros** circularam nessa Região, implicando um declínio de 4,4%, quando se compara o primeiro trimestre desse ano com o mesmo período de 2016 (Tabela 4).

**Rio Grande do Norte** (+5,4%) e **Pernambuco** (+2,1%) foram os únicos estados do Nordeste que mantiveram variação positiva, quando se compara o primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, os estados com os maiores recuos na **movimentação de passageiros** foram: **Paraíba** (-18,3%), **Maranhão** (-11,7%) e **Bahia** (-9,1%), conforme especificado na Tabela 2.

Nos primeiros três meses de 2017, os aeroportos de **Campina Grande-PB** (+20,6%), **Petrolina-PE** (+14,7%) **Natal-RN** (+5,4%) e **Recife-PE** (+1,3%) apresentaram incremento no movimento de passageiros, enquanto que os demais apresentaram recuos. Dentre estes, estão os terminais de **Paulo Afonso-BA** (-25,8%), **João Pessoa-PB** (-21,5%) e **Imperatriz-MA** (-21,4%) com as maiores reduções (Tabela 5).

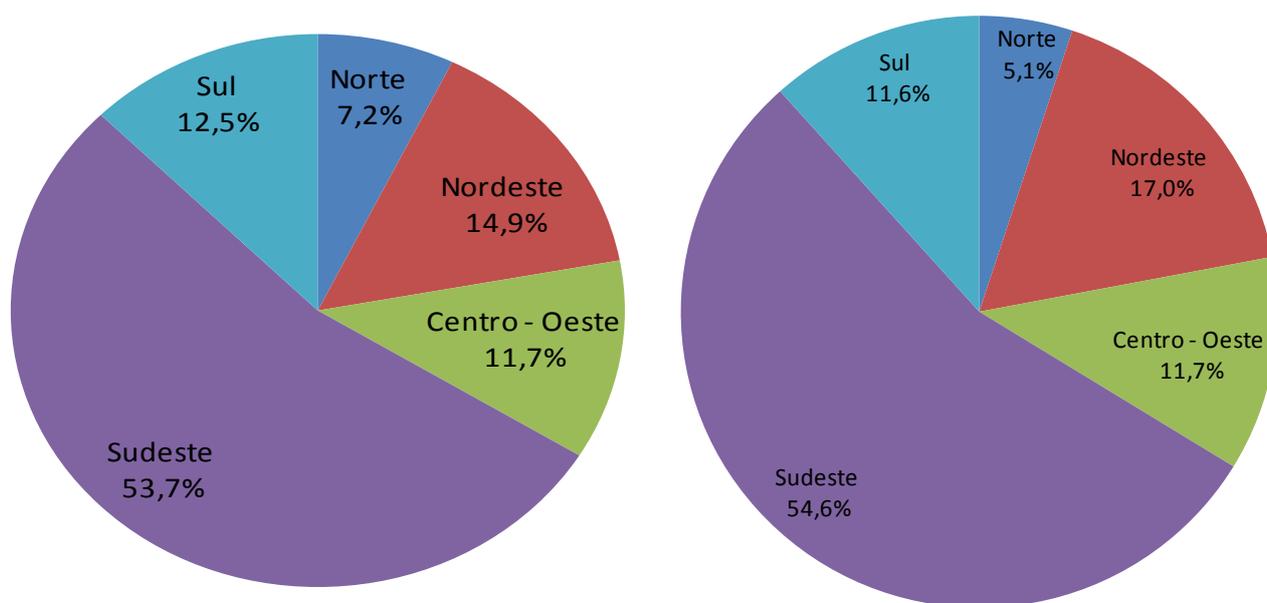
## Turismo

Tabela 1 - Movimento<sup>(1)</sup> de aeronaves - Brasil, Nordeste e Estados

| Estado/Região/País  | Jan - Mar/2016 | Jan - Mar/2017 | Var. %       | Part. % - 2017 |
|---------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
| Ceará               | 16.690         | 15.198         | - 8,9        | 17,8           |
| Paraíba             | 4.412          | 4.196          | - 4,9        | 4,9            |
| Bahia               | 26.952         | 22.458         | - 16,7       | 26,4           |
| Piauí               | 4.413          | 4.147          | - 6,0        | 4,9            |
| Maranhão            | 6.956          | 6.283          | - 9,7        | 7,4            |
| Sergipe             | 3.372          | 3.375          | 0,1          | 4,0            |
| Alagoas             | 5.500          | 4.749          | - 13,7       | 5,6            |
| Pernambuco          | 19.444         | 19.455         | 0,1          | 22,8           |
| Rio Grande do Norte | 5.231          | 5.365          | 2,6          | 6,3            |
| <b>Nordeste</b>     | <b>92.970</b>  | <b>85.226</b>  | <b>- 8,3</b> | <b>100,0</b>   |
| <b>Brasil</b>       | <b>624.119</b> | <b>572.361</b> | <b>- 8,3</b> | <b>-</b>       |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados. Nota: (1) Pousos e decolagens.

Gráfico 1 - Movimento<sup>(1)</sup> de aeronaves por Região - Em %



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero. Nota: (1) : Pousos e decolagens. Nota: (2) Embarques e desembarques.

Tabela 2 - Movimento<sup>(1)</sup> de passageiros- Brasil, Nordeste e Estados

| Estado/Região/País  | Jan - Mar/2016    | Jan - Mar/2017    | Var. %       | Part. % - 2017 |
|---------------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------|
| Ceará               | 1.720.652         | 1.662.715         | - 3,4        | 19,6           |
| Paraíba             | 415.481           | 339.316           | - 18,3       | 4,0            |
| Bahia               | 2.384.874         | 2.168.486         | - 9,1        | 25,6           |
| Piauí               | 297.062           | 274.850           | - 7,5        | 3,2            |
| Maranhão            | 530.938           | 468.639           | - 11,7       | 5,5            |
| Sergipe             | 341.502           | 324.964           | - 4,8        | 3,8            |
| Alagoas             | 572.373           | 555.684           | - 2,9        | 6,6            |
| Pernambuco          | 1.927.440         | 1.967.646         | 2,1          | 23,2           |
| Rio Grande do Norte | 671.225           | 707.153           | 5,4          | 8,3            |
| <b>Nordeste</b>     | <b>8.861.547</b>  | <b>8.469.453</b>  | <b>- 4,4</b> | <b>100,0</b>   |
| <b>Brasil</b>       | <b>50.590.407</b> | <b>49.903.416</b> | <b>- 1,4</b> | <b>-</b>       |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados. Nota: (1) Embarques e desembarques.

## Turismo

Tabela 3 - Receita, despesa e déficit cambial do turismo no Brasil - US\$ milhões

| Mês          | 2016         |              | 2017         |              | Variação    |              | Déficit        |                |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|----------------|----------------|
|              | Receita      | Despesa      | Receita      | Despesa      | Receita     | Despesa      | 2016           | 2017           |
| Janeiro      | 650          | 840          | 661          | 1.579        | 1,7%        | 88,0%        | - 190          | - 918          |
| Fevereiro    | 599          | 841          | 535          | 1.360        | -10,7%      | 61,7%        | - 242          | - 825          |
| Março        | 597          | 1.291        | 650          | 1.530        | 8,9%        | 18,5%        | - 694          | - 880          |
| <b>Total</b> | <b>1.846</b> | <b>2.972</b> | <b>1.846</b> | <b>4.469</b> | <b>0,0%</b> | <b>50,4%</b> | <b>- 1.126</b> | <b>- 2.623</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

 Tabela 4 - Movimento<sup>(1)</sup> de aeronaves por aeroportos do Nordeste

| Aeroporto         | Jan - Mar/2016 | Jan - Mar/2017 | Var.%       | Part.% - 2017 |
|-------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|
| Aracaju           | 3.372          | 3.375          | 0,1         | 3,96          |
| Fortaleza         | 14.568         | 13.120         | -9,9        | 15,39         |
| Ilhéus            | 2.693          | 2.512          | -6,7        | 2,95          |
| Imperatriz        | 1.764          | 1.320          | -25,2       | 1,55          |
| João Pessoa       | 3.699          | 3.456          | -6,6        | 4,06          |
| Juazeiro do Norte | 2.122          | 2.078          | -2,1        | 2,44          |
| Campina Grande    | 713            | 740            | 3,8         | 0,87          |
| Maceió            | 5.500          | 4.749          | -13,7       | 5,57          |
| Parnaíba          | 331            | 364            | 10,0        | 0,43          |
| Petrolina         | 1.478          | 1.533          | 3,7         | 1,80          |
| Recife            | 17.966         | 17.922         | -0,2        | 21,03         |
| São Luís          | 5.192          | 4.963          | -4,4        | 5,82          |
| Salvador          | 23.966         | 19.732         | -17,7       | 23,15         |
| Teresina          | 4.082          | 3.783          | -7,3        | 4,44          |
| Paulo Afonso      | 293            | 214            | -27,0       | 0,25          |
| Natal             | 5.231          | 5.365          | 2,6         | 6,30          |
| <b>Nordeste</b>   | <b>92.970</b>  | <b>85.226</b>  | <b>-8,3</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados. Nota: (1) Pousos e Decolagens.

## Turismo

Tabela 5 - Movimento <sup>(1)</sup> de passageiros por aeroportos do Nordeste

| Aeroporto         | Jan - Mar/2016   | Jan - Mar/2017   | Var.%        | Part.% - 2017 |
|-------------------|------------------|------------------|--------------|---------------|
| Aracaju           | 341.502          | 324.964          | - 4,8        | 3,84          |
| Fortaleza         | 1.577.074        | 1.521.045        | - 3,6        | 17,96         |
| Ilhéus            | 169.871          | 160.860          | - 5,3        | 1,90          |
| Imperatriz        | 85.993           | 67.557           | - 21,4       | 0,80          |
| João Pessoa       | 384.563          | 302.021          | - 21,5       | 3,57          |
| Juazeiro do Norte | 143.578          | 141.670          | - 1,3        | 1,67          |
| Campina Grande    | 30.918           | 37.295           | 20,6         | 0,44          |
| Maceió            | 572.373          | 555.684          | - 2,9        | 6,56          |
| Parnaíba          | 3.212            | 3.053            | - 5,0        | 0,04          |
| Petrolina         | 111.467          | 127.877          | 14,7         | 1,51          |
| Recife            | 1.815.973        | 1.839.769        | 1,3          | 21,72         |
| São Luís          | 444.945          | 401.082          | - 9,9        | 4,74          |
| Salvador          | 2.211.527        | 2.005.046        | - 9,3        | 23,67         |
| Teresina          | 293.850          | 271.797          | - 7,5        | 3,21          |
| Paulo Afonso      | 3.476            | 2.580            | - 25,8       | 0,03          |
| Natal             | 671.225          | 707.153          | 5,4          | 8,35          |
| <b>Nordeste</b>   | <b>8.861.547</b> | <b>8.469.453</b> | <b>- 4,4</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados. Nota (1): Embarques e desembarques.

## Mercado de Trabalho

*Autora:*

*Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Economista, Coordenadora de estudos e pesquisas da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do Banco do Nordeste/ETENE.*

Taxa de Desocupação, Pessoal Ocupado e Rendimento do Trabalho. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2017 com taxa de desocupação de 13,7%, incremento de 2,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao mesmo trimestre de 2015 (10,9%). Nesse mesmo período, o contingente de pessoas desocupadas, de 11,08 milhões, em 2016 saltou para 14,1 milhões em 2016, ou seja, aumento de 3,08 milhões de desocupados, variação em 27,8% em apenas um ano.

No confronto entre o primeiro trimestre de 2017 e o de 2016, houve crescimento da taxa de desocupação em todas as Grandes Regiões para o confronto anual: Nordeste (de 12,8% para 16,3%); Norte (de 10,5% para 14,2%); Sudeste (de 11,4% para 14,2%); Centro-Oeste (de 9,7% para 12,0%); e Sul (de 7,3% para 9,3%), conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua elaborada pelo IBGE – Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil e Regiões: Taxa de desocupação (%), 2012 a 2017 (1º Trimestre)

| Unidade Territorial | 2012.I     | 2013.I     | 2014.I     | 2015.I     | 2016.I      | 2017.I      |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| Norte               | 8,9        | 8,6        | 7,7        | 8,7        | 10,5        | 14,2        |
| Nordeste            | 9,7        | 10,9       | 9,3        | 9,6        | 12,8        | 16,3        |
| Sudeste             | 7,9        | 7,6        | 7,0        | 8,0        | 11,4        | 14,2        |
| Sul                 | 5,1        | 4,8        | 4,4        | 5,1        | 7,3         | 9,3         |
| Centro-Oeste        | 7,0        | 6,8        | 5,9        | 7,3        | 9,7         | 12,0        |
| <b>Brasil</b>       | <b>7,9</b> | <b>8,0</b> | <b>7,2</b> | <b>7,9</b> | <b>10,9</b> | <b>13,7</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O **Nordeste** encerrou o primeiro trimestre de 2017 com **taxa de desocupação** de 16,2%, configurando a maior taxa de desocupação no País e a maior desde o início da série elaborada pelo IBGE.

A evolução da taxa de desocupação ao longo dos anos de 2012 a 2017, apresentada no Gráfico 1, mostra uma ascensão da taxa de desemprego entre 2012 (9,7%) e 2013 (10,9%), e seguida por uma pequena redução em 2014 (9,3%). Contudo, a partir do primeiro trimestre de 2015, a trajetória de crescimento foi interrompida, quando a taxa de desocupação atingiu 16,2%, aumento de 7,0 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Os incrementos na taxa de desocupação podem ser explicados por dois fatores: *i) aumento do número de pessoas à procura de emprego*, dado pelo aumento na **taxa de participação da força de trabalho**, expressa pelo percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar), quando passou de 56,9% em 2014 para 54,7% em 2017, na comparação entre o

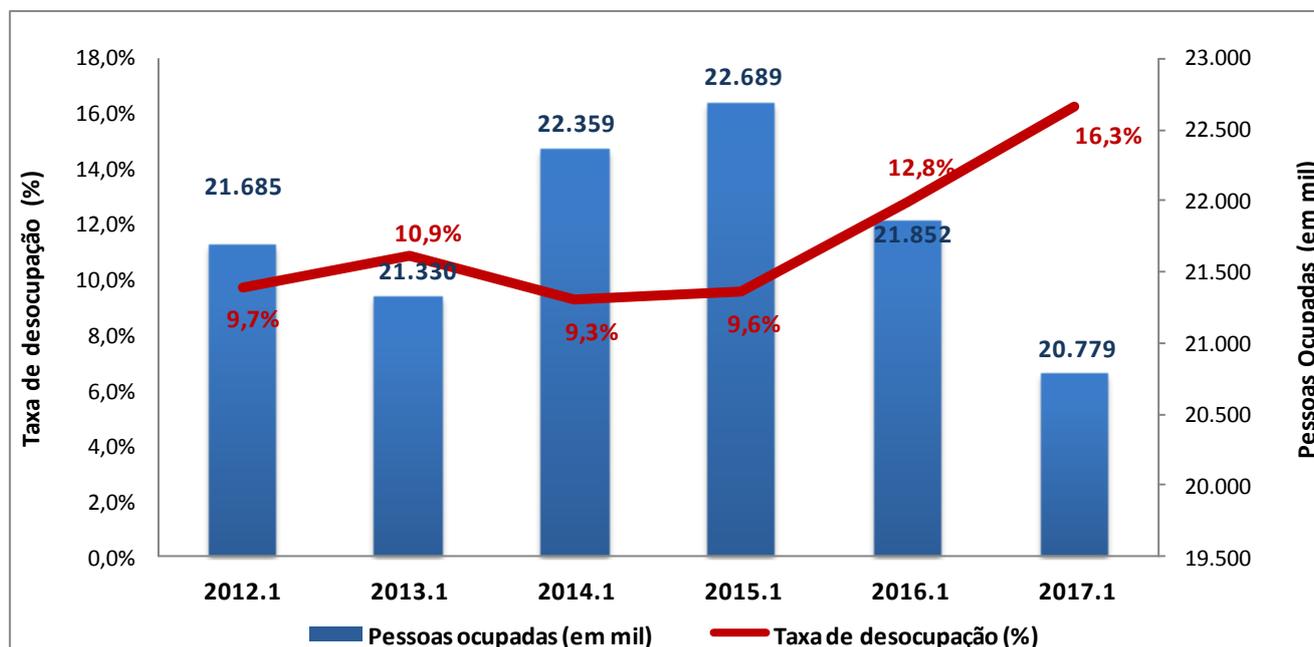
primeiro trimestre de cada ano; e *ii) redução na capacidade de geração de novos postos de trabalho*, expressa pelo menor crescimento da **população ocupada**, passando de 22,3 milhões de pessoas em 2014 para 20,7 milhões de pessoas ocupadas em 2017, redução de contingente da população ocupada de 7,07% no período.

Desta forma, a **população desocupada** alcançou 4,0 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2017, e bateu o recorde da série iniciada em 2012. Este contingente cresceu **75,1%** frente a igual trimestre de 2014, quando registrou 2,3 milhões de desocupados, ou seja, aumento de 1,7 milhão de pessoas em busca de emprego.

Nesse sentido, o aumento acelerado da taxa de desocupação no Nordeste foi reflexo da situação econômica do País, que provocou impactos adversos nos setores-chave da economia nordestina e, conseqüentemente, ocasionou a deterioração do mercado de trabalho regional.

## Mercado de Trabalho

Gráfico 1 – Nordeste: População ocupada e taxa de desocupação (em mil pessoas) 2012 a 2017 (1º trimestre)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

A **população ocupada** na Região foi estimada em 20,7 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2017. Referida população é composta principalmente por empregados no *comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (4,3 milhões de pessoas, 21,1%); na *administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (3,6 milhões de pessoas, 17,5%) e *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (3,0 milhões de pessoas, 14,5%). Os demais agrupamentos por atividades estão dispostos na Tabela 2.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo de 2016, a **população ocupada** reduziu 4,9%, queda de 1,07 milhão desse contingente. Entre as atividades econômicas que apresentaram retração do quadro de pessoas ocupadas, a **agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura** foi a que mais perdeu força de trabalho, declínio de 15,5% no período em análise, ou seja, redução de 552 mil trabalhadores. Seguido pela **construção civil**, recuo de 12,3%, perda de 235 mil empregos (Tabela 2).

Todavia, o contingente do pessoal ocupado da atividade de **alojamento e alimentação** tem apresentado crescimento ao longo dos anos de 2012 a 2017. Ainda na comparação entre o primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo de 2016, o setor apresentou variação

positiva de 9,8%, incremento de 113 mil pessoas na força de trabalho (Tabela 2).

Quanto ao **rendimento médio no Nordeste**, ocorreu valorização em 4,17% no primeiro trimestre de 2017 em comparação com igual período do ano anterior. Entre as atividades, observou-se que os maiores rendimentos no primeiro trimestre de 2017 estão em: *administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (média equivalente a R\$ 2.482, com valorização de 7,0%), seguido por *informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (média de R\$ 2.138, apesar da desvalorização de 3,3%), com base nos dados da Tabela 2.

Quanto ao recorte estadual, **Bahia** apresentou a maior **taxa de desocupação** entre as unidades federativas pesquisadas no Brasil (18,6%) no primeiro trimestre de 2017. Comparativamente ao mesmo trimestre de 2015, cresceu 3,1 pontos percentuais, dessa forma, cerca de 204 mil pessoas passaram a procurar emprego nesse Estado. **Alagoas** (17,5%) registrou a segunda maior taxa de desocupação, seguido por **Pernambuco** (17,1%), com incremento de 54 mil e 148 mil no contingente de desocupados, respectivamente, em relação ao mesmo trimestre de 2016 (Tabela 3).

## Mercado de Trabalho

Tabela 2 – Nordeste: Pessoas ocupadas (em mil pessoas) e rendimento médio real (R\$) 1º trimestre de 2016 a 2017

| Nordeste   | Pessoas Ocupadas<br>(Estimativa em milhares) |               |             | Rendimento Médio Real |              |            |
|--|--|---------------|-------------|-----------------------|--------------|------------|
|  | 2016.1                                       | 2017.1        | Var.%       | 2016.1                | 2017.1       | Var.%      |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e ...     | 3.558  | 3.006         | -15,5       | 508                   | 541          | 6,5        |
| Indústria geral  | 1.980  | 1.899         | -4,1        | 1.293                 | 1.369        | 5,9        |
| Construção   | 1.919  | 1.684         | -12,2       | 1.162                 | 1.172        | 0,9        |
| Comércio, reparação de veículos automotores                | 4.572  | 4.380         | -4,2        | 1.221                 | 1.252        | 2,5        |
| Transporte, armazenagem e correio                          | 947  | 935           | -1,3        | 1.441                 | 1.355        | -6,0       |
| Alojamento e alimentação                                   | 1.146  | 1.259         | 9,9         | 1.067                 | 1.045        | -2,1       |
| Informação, comunicação e atividades financeiras.          | 1.601  | 1.628         | 1,7         | 2.212                 | 2.138        | -3,3       |
| Administração pública, defesa, segur. social, educação ... | 3.719  | 3.638         | -2,2        | 2.318                 | 2.482        | 7,1        |
| Outro serviço  | 923  | 927           | 0,4         | 1.079                 | 1.167        | 8,2        |
| Serviço doméstico  | 1.486  | 1.421         | -4,4        | 580                   | 578          | -0,3       |
| <b>Total</b>   | <b>21.852</b>                                | <b>20.779</b> | <b>-4,9</b> | <b>1.342</b>          | <b>1.398</b> | <b>4,2</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) preços de fevereiro de 2017.

Tabela 3 – Nordeste e Unidades Federativas: Taxa de desocupação (%), 2012 a 2017 (1º Trimestre)

| Unidade Territorial | 2012.I     | 2013.I      | 2014.I     | 2015.I     | 2016.I      | 2017.I      |
|---------------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|
| Maranhão            | 7,9        | 9,3         | 6,4        | 8,9        | 10,8        | 15,0        |
| Piauí               | 7,6        | 8,3         | 7,1        | 7,7        | 9,6         | 12,6        |
| Ceará               | 7,2        | 8,8         | 7,9        | 8,0        | 10,8        | 14,3        |
| Rio Grande do Norte | 11,5       | 12,1        | 11,7       | 11,5       | 14,3        | 16,3        |
| Paraíba             | 9,9        | 9,4         | 9,3        | 9,1        | 10,0        | 13,2        |
| Pernambuco          | 9,6        | 10,6        | 8,8        | 8,2        | 13,3        | 17,1        |
| Alagoas             | 11,3       | 12,1        | 9,7        | 11,1       | 12,8        | 17,5        |
| Sergipe             | 10,3       | 11,4        | 9,4        | 8,6        | 11,2        | 16,1        |
| Bahia               | 11,5       | 13,2        | 11,5       | 11,3       | 15,5        | 18,6        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>9,7</b> | <b>10,9</b> | <b>9,3</b> | <b>9,6</b> | <b>12,8</b> | <b>16,3</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Todos os estados seguiram com redução do quadro da população ocupada no primeiro trimestre de 2017, com exceção do Ceará, de acordo com as especificações apresentadas na Tabela 4.

**Ceará** foi o único estado da Região a apresentar crescimento da **população ocupada** entre o primeiro trimestre de 2017 e o de 2016, variação de 1,0%, inserção de 34 mil pessoas no mercado de trabalho. Entre os dez agrupamentos de atividades econômicas pesquisados pelo IBGE, verificou-se que seis apresentaram crescimento no quadro

No estado cearense, a categoria **transporte, armazenagem e correio** registrou acréscimo significativo da população ocupada, com 22,5% na taxa de crescimento (aumento de 25 mil pessoas), como também apresentou valorização de 5,9% em seus rendimentos médios no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior conforme se observa na Tabela 4. Influenciado, em grande medida, pelo favorável crescimento das exportações provenientes da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), conforme o Diário Econômico nº 178 de 19 de abril de 2017.

## Mercado de Trabalho

Tabela 4 – Nordeste e Estados: Pessoas ocupadas (mil pessoas) e rendimento médio real (R\$) 1º trimestre de 2016 a 2017

| Nordeste            | Pessoas Ocupadas<br>(Estimativa em milhares) |               |             | Rendimento Médio Real <sup>(1)</sup> |              |            |
|---------------------|--|---------------|-------------|--------------------------------------|--------------|------------|
|                     | 2016.1                                       | 2017.1        | Var.%       | 2016.1                               | 2017.1       | Var.%      |
| Ceará               | 3.340  | 3.375         | 1,0         | 1.374                                | 1.339        | -2,5       |
| Rio Grande do Norte | 1.297  | 1.281         | -1,2        | 1.445                                | 1.566        | 8,4        |
| Bahia               | 6.214  | 5.908         | -4,9        | 1.339                                | 1.388        | 3,7        |
| Pernambuco          | 3.539  | 3.345         | -5,5        | 1.542                                | 1.577        | 2,3        |
| Paraíba             | 1.544  | 1.447         | -6,3        | 1.295                                | 1.424        | 10,0       |
| Piauí               | 1.319  | 1.216         | -7,8        | 1.257                                | 1.339        | 6,5        |
| Sergipe             | 912  | 840           | -7,9        | 1.472                                | 1.628        | 10,6       |
| Alagoas             | 1.116  | 1.026         | -8,1        | 1.342                                | 1.332        | -0,7       |
| Maranhão            | 2.572  | 2.341         | -9,0        | 1.044                                | 1.140        | 9,2        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>21.852</b>                                | <b>20.779</b> | <b>-4,9</b> | <b>1.342</b>                         | <b>1.398</b> | <b>4,2</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) preços de fevereiro de 2017.

Movimentação de Admitidos e Desligados. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o mercado de trabalho no **Nordeste** eliminou 106,2 mil postos de empregos formais, o que representa queda de 1,67% em relação ao observado no primeiro trimestre no ano anterior. O resultado deriva do total dos 483.357 admitidos menos os 589.634 demitidos no período em análise. Vale salientar que no primeiro

bimestre de 2017 foram eliminados 77,8 mil postos de trabalho (321.995 admitidos menos 399.799 demitidos), fato que revela que o ritmo de contração do contingente de trabalhadores com carteira assinada continua aumentando, o que torna evidente uma trajetória descendente e sem perspectiva de mudança de trajetória, para dados agregados, no curto prazo.

Tabela 5 – Ceará: Pessoas ocupadas (mil pessoas) e rendimento médio real (R\$), 1º trimestre de 2016 a 2017

| Ceará   | Pessoas Ocupadas<br>(Estimativa em milhares) |              |             | Rendimento Médio Real <sup>(1)</sup> |              |             |
|---|--|--------------|-------------|--------------------------------------|--------------|-------------|
|   | 2016.1                                       | 2017.1       | Var.%       | 2016.1                               | 2017.1       | Var.%       |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca        | 439  | 424          | -3,42       | 536                                  | 433          | -19,2       |
| Indústria geral   | 455  | 437          | -3,96       | 1.179                                | 1.221        | 3,6         |
| Construção  | 286  | 246          | -13,99      | 1.336                                | 1.140        | -14,7       |
| Comércio, reparação de veículos automotores             | 694  | 730          | 5,19        | 1.241                                | 1.193        | -3,9        |
| Transporte, armazenagem e correio                       | 111  | 136          | 22,52       | 1.446                                | 1.531        | 5,9         |
| Alojamento e alimentação                                | 179  | 206          | 15,08       | 1.215                                | 1.006        | -17,2       |
| Informação, comunicação e atividades financeiras        | 243  | 253          | 4,12        | 2.227                                | 1.972        | -11,5       |
| Administração pública, defesa, segur. social, educação. | 528  | 538          | 1,89        | 2.202                                | 2.388        | 8,4         |
| Outros serviços   | 153  | 138          | -9,80       | 1.110                                | 1.233        | 11,1        |
| Serviço doméstico                                       | 251  | 265          | 5,58        | 609                                  | 586          | -3,8        |
| <b>Total</b>  | <b>3.340</b>                                 | <b>3.375</b> | <b>1,05</b> | <b>1.374</b>                         | <b>1.339</b> | <b>-2,5</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) preços de fevereiro de 2017.

## Mercado de Trabalho

Setorialmente, apenas a *Administração Pública* (+1.950 postos) e *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (+1.287 postos) encerraram o primeiro trimestre de 2017 com geração de emprego com carteira assinada. No mesmo período em análise, a *Indústria de Transformação* (-52.187 postos) foi o setor que mais perdeu profissionais (no

primeiro bimestre de 2017 a destruição de empregos formais foi de 40.122 postos na indústria de transformação), seguido por *Comércio* (-21.228), *Agropecuária* (-18.662), *Construção Civil* (-9.289) e *Extrativa Mineral* (-953), Tabela 5.

Tabela 5 - Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica

| SETORES                    | Primeiro Trimestre de 2017 |                |                 | Últimos Doze Meses (Abr/16 a Mar/17) |                  |                 |
|----------------------------|----------------------------|----------------|-----------------|--------------------------------------|------------------|-----------------|
|                            | Admitidos                  | Desligados     | Saldos          | Admitidos                            | Desligados       | Saldos          |
| Indústria de Transformação | 61.216                     | 113.403        | -52.187         | 309.076                              | 340.005          | -30.929         |
| Comércio                   | 115.640                    | 136.868        | -21.228         | 491.725                              | 530.931          | -39.206         |
| Agropecuária               | 25.800                     | 44.462         | -18.662         | 158.857                              | 158.253          | 604             |
| Construção Civil           | 61.176                     | 70.465         | -9.289          | 262.124                              | 345.998          | -83.874         |
| Serviços                   | 209.259                    | 216.454        | -7.195          | 807.150                              | 855.431          | -48.281         |
| Extrativa Mineral          | 1.257                      | 2.210          | -953            | 5.309                                | 8.379            | -3.070          |
| S I U P                    | 5.704                      | 4.417          | 1.287           | 15.719                               | 19.329           | -3.610          |
| Administração Pública      | 3.305                      | 1.355          | 1.950           | 6.655                                | 7.141            | -486            |
| <b>NORDESTE</b>            | <b>483.357</b>             | <b>589.634</b> | <b>-106.277</b> | <b>2.056.615</b>                     | <b>2.265.467</b> | <b>-208.852</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

No recorte para unidades federativas, todos os estados da Região apresentaram perda de postos de emprego formal, tanto no primeiro trimestre de 2017 quanto no acumulado dos últimos doze meses, entre março de 2016 a fevereiro de 2017, conforme especificado na Tabela 6.

**Pernambuco** registrou a maior perda de empregos formais no primeiro trimestre de 2017 na Região, com redução de 33.845 postos de trabalho (para o primeiro bimestre, a redução foi de 29.998 postos de trabalho). O saldo negativo foi decorrente, principalmente, em razão do baixo desempenho da *Indústria de Transformação* (-17.930 postos), *Agropecuária* (-7.180 postos), *Comércio* (-4.383 postos), *Serviços* (-3.774 postos), *Construção Civil* (-275 postos), *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (-257 postos) e *Extrativa Mineral* (-57 postos).

O saldo negativo foi decorrente, principalmente, em razão do baixo desempenho da *Indústria de Transformação* (-17.930 postos), *Agropecuária* (-7.180 postos), *Comércio* (-4.383 postos), *Serviços* (-3.774 postos), *Construção Civil* (-275 postos), *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (-257 postos) e *Extrativa Mineral* (-57 postos). Apenas a Administração Pública apresentou saldo positivo, com geração de 11 novos empregos formais. Tabela 3. Quanto aos municípios com mais de 30 mil habitantes, Recife (-3.747 postos), Sirinhaem (-2.841 postos), Ipojuca (-2.264

postos), Igarassu (-2.094 postos) e Jaboatão dos Guararapes (-1.772 postos) apresentaram os maiores perdas de emprego formal no primeiro trimestre de 2017, do total de 46 municípios com saldo negativo. Enquanto, dezoito municípios registraram saldo positivo no período em análise, com destaque para: São José do Egito (+325 postos) Palmares (+192 postos), Belo Jardim (+125 postos), Pesqueira (+107 postos) e Camaragibe (+79 postos).

**Alagoas** registrou saldo negativo no primeiro trimestre de 2017 (-27.633 postos) maior que no acumulado dos últimos doze meses (-15.940 postos), entre fevereiro de 2016 a março de 2017. O resultado deriva da forte queda da *Indústria de Transformação* (-22.951 postos), com maior intensidade na *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico* (-21.750 postos), fruto da finalização de processamento da cana-de-açúcar. Os municípios alagoanos que mais perderam postos de trabalho foram: Rio Largo (-4.258), Maceió (-3.814), São Luis do Quintude (-2.008), São Miguel dos Campos (1.733), Atalaia (-1.714), Campo Alegre (-1.661), Coruripe (-1.060) e Teotônio Vilela (-1.135). Dos municípios com mais de 30 mil habitantes, apenas três municípios alagoanos apresentaram saldo positivo: Santana do Ipanema (+99 postos) e São Sebastião (+12 postos).

## Mercado de Trabalho

**Ceará** apresentou o terceiro maior saldo negativo na Região no primeiro trimestre de 2017, com redução de 11.821 postos de trabalho, explicado pelo desempenho desfavorável dos setores do *Comércio* (-5.413 postos), *Serviços* (-2.331 postos), *Agropecuária* (-1.605 postos), Indústria de Transformação (-1.441 postos), *Construção Civil* (-1.022 postos), Extrativa Mineral (-156 postos) e *Serviços Industriais de Utilidade Pública — SIUP* (-94 postos). No entanto, a *Administração Pública* despontou com seu primeiro saldo positivo no ano de 2017, com geração de 241 novos empregos, resultado da admissão de 633 pessoas menos 392 pessoas demitidas. Entre os municípios que mais perderam postos de trabalhos, estão: Fortaleza (-7.202), Brejo Santo (-741), Aquiraz (-650), Juazeiro do Norte (-516) e Aracati (-515). E, entre os municípios com mais de 30 mil habitantes, os que mais geraram novos empregos foram: Missão Velha (+421), Horizonte (+381), Russas (+168), Barbalha (+146), Maranguape (+124), Tauá (+124), Camocim (+91) e Caucaia (+86).

**Bahia** registrou a maior perda de empregos formais entre

fevereiro de 2016 a março de 2017 (eliminação de 62.795 postos) na Região. Embora com saldo negativo, com redução de 4.672 postos no primeiro trimestre de 2017, quatro setores econômicos apresentaram geração de novos postos de trabalho formal: *Administração Pública* (+2.003), *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (+1.397), *Agropecuária* (+1.255) e *Indústria de Transformação* (+1.020). Três atividades econômicas ainda permanecem com nível de emprego em contração: *Comércio* (-4.817 postos), *Construção Civil* (-3.792 postos), *Serviços* (-1.623 postos) e *Extrativa Mineral* (-115 postos). Os municípios que contribuíram para o resultado de destruição de postos de empregos formais foram: Salvador (-5.734), Feira de Santana (-1.271), Lauro de Freitas (-1.264), Porto Seguro (-729), Ilhéus (-466), Vitória da Conquista (-436) e Itabuna (-332). Os melhores resultados, quanto à geração de novos postos de trabalho, foram registrados nos municípios: Luís Eduardo Magalhães (+1.192), Dias D'Ávila (+745), Jequié (+644), Barreiras (+370), Alagoinhas (+365), Jacobina (+338) e Casa Nova (+250).

Tabela 6 - Nordeste e Unidade Federativa: Movimentação dos admitidos e desligados

| Nordeste e Unidades Federativas | 1º Trimestre de 2017 |                    |                 |              | Acumulado em 12 meses |                    |                   |              |
|---------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------|--------------|-----------------------|--------------------|-------------------|--------------|
|                                 | Total Admissão       | Total Desligamento | Saldo           | Variação (%) | Total Admissão        | Total Desligamento | Saldo             | Variação (%) |
| Pernambuco                      | 88.040               | 121.885            | -33.845         | -2,68        | 397.170               | 439.103            | -41.933           | -3,30        |
| Alagoas                         | 19.244               | 46.877             | -27.633         | -7,73        | 111.463               | 127.403            | -15.940           | -4,61        |
| Ceará                           | 95.620               | 107.441            | -11.821         | -1,01        | 391.909               | 423.792            | -31.883           | -2,68        |
| Paraíba                         | 29.017               | 38.472             | -9.455          | -2,37        | 119.531               | 130.997            | -11.466           | -2,85        |
| Maranhão                        | 32.744               | 39.389             | -6.645          | -1,40        | 148.022               | 161.884            | -13.862           | -2,87        |
| Sergipe                         | 20.074               | 26.628             | -6.554          | -2,25        | 84.634                | 98.138             | -13.504           | -4,53        |
| Bahia                           | 140.186              | 144.858            | -4.672          | -0,28        | 568.729               | 631.524            | -62.795           | -3,59        |
| Rio Grande do Norte             | 34.902               | 39.470             | -4.568          | -1,07        | 141.308               | 151.998            | -10.690           | -2,46        |
| Piauí                           | 23.530               | 24.614             | -1.084          | -0,37        | 93.849                | 100.628            | -6.779            | -2,29        |
| <b>Nordeste</b>                 | <b>483.357</b>       | <b>589.634</b>     | <b>-106.277</b> | <b>-1,67</b> | <b>2.056.615</b>      | <b>2.265.467</b>   | <b>-208.852</b>   | <b>-3,23</b> |
| <b>Brasil</b>                   | <b>3.786.117</b>     | <b>3.850.495</b>   | <b>-64.378</b>  | <b>-0,17</b> | <b>14.517.655</b>     | <b>15.608.084</b>  | <b>-1.090.429</b> | <b>-2,77</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

## Comércio Exterior

Autora:

Laura Lúcia Ramos Freire, Economista do Banco do Nordeste / ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

A balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 14.417,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). No mesmo período do ano passado, o saldo positivo foi consideravelmente menor (US\$ 8.387,9 milhões).

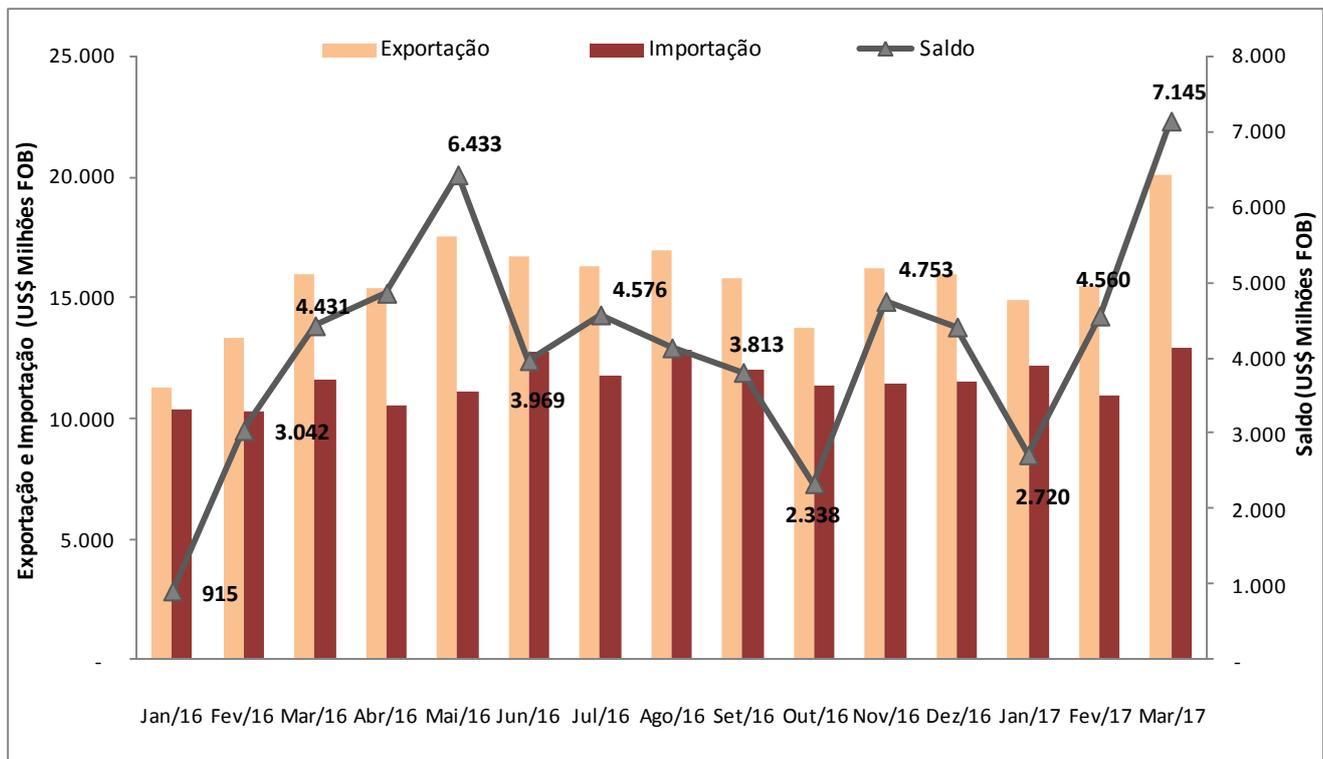
As exportações atingiram US\$ 50.462,7 milhões, registrando incremento de 24,4% enquanto as importações somaram US\$ 36.045,0 milhões, com

aumento 12,0%, relativamente ao mesmo período de 2016.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 86.507,8 milhões neste trimestre contra US\$ 72.756,8 milhões no acumulado até março de 2016.

O Gráfico 1 mostra o comportamento das exportações, importações e do saldo da balança comercial no período em foco.

Gráfico 1: Brasil – Exportações, importações e saldo da balança comercial



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A análise por fator agregado (Tabela 1) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas no primeiro trimestre do ano. O destaque ficou com as exportações de produtos básicos (47,9% da pauta) que registraram expressivo aumento de 39,1%, relativamente ao mesmo período do ano anterior.

No grupo dos básicos, minérios de ferro e seus

concentrados (10,7% da pauta total), soja mesmo triturada (10,5%) e óleos brutos de petróleo (10,2%) lideraram as exportações com incrementos de receita de 155,7%, 40,0% e 180,6%, respectivamente. Esse resultado adveio, principalmente, da alta dos preços das *commodities* no mercado internacional e da safra recorde do grão no Brasil.

## Comércio Exterior

Por sua vez, os embarques de produtos semimanufaturados (14,2% do total) cresceram 14,9% em volume de vendas no período em análise. Os maiores incrementos, em valor absoluto, foram em açúcar em bruto (+US\$ 440,6 milhões) e em produtos semimanufaturados de ferro ou aços (+US\$ 505,8 milhões).

No grupo dos manufaturados, automóveis de passageiros (+US\$ 422,8 milhões), óleos combustíveis (+US\$ 363,8 milhões) e veículos de carga (+US\$ 260,6 milhões) foram os principais destaques em incremento de receita.

Nos três primeiros meses deste ano, a China absorveu 23,3% das exportações brasileiras, incremento de 69,2% relativamente ao mesmo período de 2016. Soja mesmo

triturada (36,4%), minérios de ferro e seus concentrados (24,8%) e óleos brutos de petróleo (19,5%) foram os principais produtos vendidos para a economia chinesa.

Os Estados Unidos, respondendo por 11,9% das aquisições dos produtos brasileiros, registraram crescimento de 18,5% nas compras com destaque para óleos brutos de petróleo (12,8%), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (7,0%) e aviões (6,1%).

Terceiro mercado de destino dos produtos brasileiros com 7,6% de participação, a Argentina registrou acréscimo de 25,6%, adquirindo automóveis de passageiros (26,8%), veículos de carga (10,9%) e partes e peças para veículos automóveis e tratores (5,7%).

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - jan - mar 2017/2016 - US\$ milhões FOB

| Exportação por fator agregado | jan-mar/2017 |         | jan-mar/2016 |         | Var. % |
|-------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|--------|
|                               | Valor        | Part. % | Valor        | Part. % |        |
| <b>Básicos</b>                | 24.165       | 47,9    | 17.377       | 42,8    | 39,1   |
| <b>Industrializados</b>       | 25.083       | 49,7    | 22.292       | 54,9    | 12,5   |
| Semimanufaturados             | 7.176        | 14,2    | 6.248        | 15,4    | 14,9   |
| Manufaturados                 | 17.907       | 35,5    | 16.045       | 39,5    | 11,6   |
| <b>Op. especiais</b>          | 1.215        | 2,4     | 903          | 2,2     | 34,5   |
| <b>TOTAL</b>                  | 50.463       | 100,0   | 40.572       | 100,0   | 24,4   |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A decomposição por categoria de uso das importações brasileiras (Tabela 2) revela que a aquisição de Bens Intermediários respondeu por 46,5% do total das compras externas, apresentando crescimento de 15,0% no primeiro trimestre ante igual período do ano passado. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos

industriais (34,5%) e peças e acessórios de equipamentos de transporte (9,5%).

Na categoria combustível e lubrificante (14,3%), o incremento de 38,4% foi devido ao aumento das aquisições de óleos combustíveis em 117,3% e de naftas em 123,6%.

Tabela 2 - Brasil - Importação por categoria de uso - jan - mar 2017/2016 - US\$ milhões FOB

| Categoria de uso                    | jan-mar/2017 |         | jan-mar/2016 |         | Var. % |
|-------------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|--------|
|                                     | Valor        | Part. % | Valor        | Part. % |        |
| <b>Bens de capital</b>              | 9.194        | 25,5    | 8.997        | 28,0    | 2,2    |
| <b>Bens intermediários</b>          | 16.750       | 46,5    | 14.569       | 45,3    | 15,0   |
| <b>Bens de consumo</b>              | 4.930        | 13,7    | 4.884        | 15,2    | 0,9    |
| Bens de consumo não duráveis        | 3.919        | 10,9    | 3.833        | 11,9    | 2,25   |
| Bens de consumo duráveis            | 1.011        | 2,8     | 1.051        | 3,3     | -3,83  |
| <b>Combustíveis e lubrificantes</b> | 5.172        | 14,3    | 3.735        | 11,6    | 38,4   |
| <b>TOTAL</b>                        | 36.045       | 100,0   | 32.184       | 100,0   | 12,0   |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

## Comércio Exterior

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período em análise, foram: Estados Unidos (17,0% - óleos combustíveis, demais produtos manufaturados, partes de motores e turbinas para aviação), China (17,4% - demais produtos manufaturados, aparelhos transmissores ou receptores e componentes, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos), Alemanha (6,2% - demais produtos manufaturados, aparelhos transmissores ou receptores e componentes, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos), Argentina (6,0 % - demais produtos manufaturados, medicamentos para medicina

humana e veterinária, partes e peças para veículos automóveis e tratores).

A Região Sudeste, responsável pela maior parte das exportações e importações do País, acumulou superávit de US\$ 7.321 milhões até março deste ano. Esse resultado adveio do incremento de 32,1% nas exportações e de 3,1% nas importações, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. No País, somente a Região Nordeste registrou déficit na balança comercial no primeiro trimestre deste ano (Tabela 4).

Tabela 4: Brasil – Exportação, importação e saldo por regiões – jan - mar 2017 - US\$ milhões FOB

| Regiões       | Exportação      |              | Importação      |              | Saldo           |
|---------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
|               | Valor           | Part. (%)    | Valor           | Part. (%)    |                 |
| Sudeste       | 25.926,8        | 51,4         | 18.606,1        | 51,6         | 7.320,6         |
| Sul           | 9.244,4         | 18,3         | 7.754,5         | 21,5         | 1.489,9         |
| Centro Oeste  | 6.062,2         | 12,0         | 1.996,0         | 5,5          | 4.066,3         |
| Norte         | 4.070,1         | 8,1          | 2.425,3         | 6,7          | 1.644,8         |
| Nordeste      | 3.832,7         | 7,6          | 5.263,1         | 14,6         | -1.430,4        |
| Não declarada | 1.326,5         | 2,6          | 0,0             | 0,0          | 1.326,5         |
| <b>Total</b>  | <b>50.462,7</b> | <b>100,0</b> | <b>36.045,0</b> | <b>100,0</b> | <b>14.417,7</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

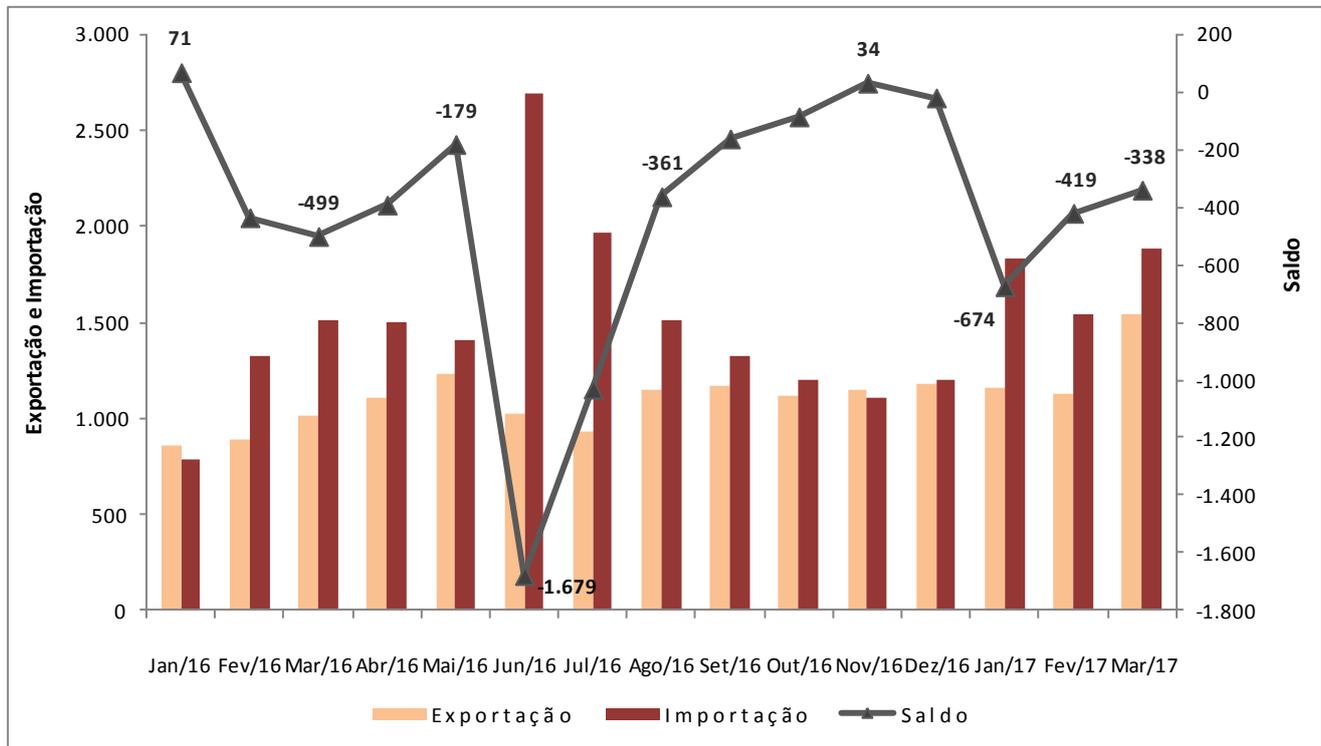
## Comércio Exterior

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 3.832,7 milhões no acumulado de janeiro-março deste ano, com incremento de 38,8% em relação a mesmo período de 2016. As importações, US\$ 5.263,1 milhões, registraram, por seu turno, aumento de 45,3%, nesse período comparativo. A balança comercial nordestina, portanto, acumulou deficit de US\$ 1.430,4 milhões contra US\$ 862,1

milhões computado no mesmo período do ano anterior (Gráfico 2).

As exportações nordestinas representaram 7,5% do total das vendas externas brasileiras e as importações 14,6% das aquisições.

Gráfico 2 - Nordeste: Exportação, importação e saldo - Em US\$ milhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A desagregação das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 5) mostra que apenas as vendas dos produtos básicos (13,3% da pauta) recuaram no período jan-mar/2017 frente a jan-mar/2016, devido, principalmente, à redução de 87,9% do valor das exportações de algodão em pluma.

Já o incremento de 19,5% das exportações de produtos semimanufaturados (32,9%) adveio, principalmente, das

vendas de outros produtos semimanufaturados de ferro/aço.

O embarque de produtos manufaturados apresentou expressivo crescimento de 74,6%, devido ao aumento das exportações de combustíveis e lubrificantes (+US\$ 183,3 milhões), outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos (+US\$ 171,7 milhões) e automóveis (+US\$ 96,1 milhões).

## Comércio Exterior

Tabela 5 - Nordeste - Exportação por fator agregado - Jan - mar 2017/2016 - US\$ milhões FOB

| Exportação por Fator Agregado | Jan - mar / 2017 |              | Jan - mar / 2016 |              | Variação %  |
|-------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-------------|
|                               | Valor            | Part. (%)    | Valor            | Part. (%)    |             |
| Básicos                       | 511,4            | 13,3         | 518,7            | 18,8         | - 1,4       |
| Industrializados              | 3.283,3          | 85,7         | 2.213,2          | 80,2         | 48,3        |
| Semimanufaturados             | 1.260,7          | 32,9         | 1.054,6          | 38,2         | 19,5        |
| Manufaturados                 | 2.022,6          | 52,8         | 1.158,7          | 42,0         | 74,6        |
| Op. especiais                 | 38,0             | 1,0          | 29,1             | 1,1          | 30,5        |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>3.832,7</b>   | <b>100,0</b> | <b>2.761,0</b>   | <b>100,0</b> | <b>38,8</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

O embarque de produtos manufaturados apresentou expressivo crescimento de 74,6%, devido ao aumento das exportações de combustíveis e lubrificantes (+US\$ 183,3 milhões), outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos (+US\$ 171,7 milhões) e automóveis (+US\$ 96,1 milhões).

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, Estados Unidos (15,6%), China (15,5%) e Argentina (11,0%) foram responsáveis por 42,1% do total exportado. As vendas para os Estados Unidos cresceram 45,7% enquanto para a China e Argentina o incremento foi de 20,5% e 43,1%, respectivamente.

Do lado das importações nordestinas (Tabela 6), o crescimento registrado foi devido, sobretudo, ao incremento nas aquisições de bens intermediários (+60,8%) e combustíveis e lubrificantes (+51,1%), que, juntos, responderam por 83,3% das compras totais da Região. Os cinco principais produtos importados foram: naftas para petroquímica (+105,8%), gásóleo (óleo diesel) (+57,8%), outras gasolinas, exceto para aviação (+135,8%), sulfetos de minérios de cobre (+265,0%) e álcool etílico (+639,7%).

Tabela 6 - Nordeste - Importação por categoria de uso - Jan - mar 2017/2016 - US\$ milhões FOB

| Importação por Categoria de Uso | Jan - mar / 2017 |              | Jan - mar / 2016 |              | Variação %  |
|---------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-------------|
|                                 | Valor            | Part. (%)    | Valor            | Part. (%)    |             |
| Bens de capital                 | 568,6            | 10,8         | 549,0            | 15,2         | 3,6         |
| Bens intermediários             | 2.319,6          | 44,1         | 1.442,2          | 39,8         | 60,8        |
| Bens de consumo                 | 311,7            | 5,9          | 266,8            | 7,4          | 16,8        |
| Bens não duráveis               | 212,1            | 4,0          | 158,6            | 4,4          | 33,73       |
| Bens duráveis                   | 99,7             | 1,9          | 108,2            | 3,0          | -7,92       |
| Combustíveis e lubrificantes    | 2.063,1          | 39,2         | 1.365,1          | 37,7         | 51,1        |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>5.263,1</b>   | <b>100,0</b> | <b>3.623,1</b>   | <b>100,0</b> | <b>45,3</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

## Comércio Exterior

Estados Unidos (24,3%), China (10,3%), Argélia (8,7%), Argentina (7,1%) e Holanda (6,1%) foram os principais países de origem das importações nordestinas nos três primeiros meses do ano. Todos esses países apresentaram significativo aumento nas vendas para a Região, na comparação com igual período do ano passado: Estados Unidos (+93,6%), China (+38,9%), Argélia (+122,2%), Argentina (+15,7%) e Holanda (+81,2%).

**Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia** responderam por 86,0% das exportações e 91,7% das importações nordestinas no primeiro trimestre deste ano (Tabela 7).

**Alagoas** registrou a maior taxa de crescimento das exportações (+178,9%) com o início das vendas de outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos pela empresa Ferrostaal.

Em **Pernambuco**, o aumento expressivo das vendas

externas (+152,4%) deveu-se, principalmente, à comercialização de automóveis, gásóleo (óleo diesel) e politereftalato de etileno que, juntos, representaram 48,1% da pauta estadual. Os empreendimentos responsáveis por essas vendas estão localizados no Complexo Industrial Portuário de Suape.

Já no **Ceará**, o bom desempenho adveio das vendas de outros produtos semimanufaturados de ferro/aço, provenientes da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que já representam 53,1% da pauta do Estado neste primeiro trimestre.

Dos estados da Região, apenas **Rio Grande do Norte e Alagoas** registraram saldo positivo na balança comercial.

Os principais produtos exportados e importados por estado da Região no primeiro trimestre de 2017 estão discriminados no Quadro 1.

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Exportação, importação e saldo da balança comercial - Jan- mar 2017/2016 - US\$ milhões FOB

| Estados         | Exportação     |              |                               | Importação     |              |                               | Saldo            |
|-----------------|----------------|--------------|-------------------------------|----------------|--------------|-------------------------------|------------------|
|                 | Valor          | Part. (%)    | Var %<br>jan-mar<br>2017/2016 | Valor          | Part. (%)    | Var %<br>jan-mar<br>2017/2016 |                  |
| Maranhão        | 577,6          | 15,1         | 18,2                          | 801,0          | 15,2         | 30,0                          | - 223,4          |
| Piauí           | 28,2           | 0,7          | 15,4                          | 121,4          | 2,3          | 800,2                         | - 93,3           |
| Ceará           | 524,4          | 13,7         | 120,5                         | 582,1          | 11,1         | 16,4                          | - 57,7           |
| Rio G. do Norte | 85,0           | 2,2          | 39,6                          | 44,3           | 0,8          | 31,9                          | 40,7             |
| Paraíba         | 34,5           | 0,9          | 11,2                          | 89,4           | 1,7          | 28,7                          | - 55,0           |
| Pernambuco      | 508,8          | 13,3         | 152,4                         | 1.471,2        | 28,0         | 60,2                          | - 962,3          |
| Alagoas         | 370,5          | 9,7          | 178,9                         | 144,8          | 2,8          | -6,9                          | 225,7            |
| Sergipe         | 18,9           | 0,5          | -1,9                          | 38,1           | 0,7          | 15,0                          | - 19,2           |
| Bahia           | 1.684,8        | 44,0         | 7,7                           | 1.970,7        | 37,4         | 53,55                         | - 285,9          |
| <b>NORDESTE</b> | <b>3.832,7</b> | <b>100,0</b> | <b>38,8</b>                   | <b>5.263,1</b> | <b>100,0</b> | <b>45,3</b>                   | <b>- 1.430,4</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

## Comércio Exterior

Quadro 1 – Estados do Nordeste - Principais produtos exportados e importados - Jan-mar 2017 – Em %

| Estados         | Principais Produtos Exportados  | Principais Produtos Importados  |
|-----------------|---|---|
| Maranhão        | Alumina calcinada (51,9%), Pasta química madeira de n/conif. (23,6%), Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (9,5%)   | Álcool etílico (30,2%), "Gasóleo" (óleo diesel) (26,7%), Outras gasolinas, exceto para aviação (22,3%)  |
| Piauí           | Ceras vegetais (36,3%), Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (27,3%), Pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato (14,6%)   | Células solares em módulos ou painéis (57,5%), Conversores elétricos de corrente contínua (11,8%), Outros fios máquinas de outros ligas de aços (5,5%)                              |
| Ceará           | Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (53,1%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,8%), Calçados de borracha/ plast. c/parte super.em tiras, etc (4,7%) | Hulha betuminosa, não aglomerada (29,0%), Gás natural, liquefeito (10,5%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (7,4%)   |
| Rio G. do Norte | Melões frescos (38,7%), Sal marinho, a granel (11,0%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (9,1%)   | Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (27,9%), Células solares em módulos ou painéis (18,6%), Outros tipos de algodão não cardado nem penteado (4,1%)                         |
| Paraíba         | Calçados de borracha/plast. c/parte super. em tiras, etc. (43,0%), Outros açúcares de cana (29,3%), Ilmenita (minérios de titânio) (5,1%)                                   | Malte não torrado, inteiro ou partido (14,8%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (12,7%) Milho em grão, exceto para semeadura (7,7%)                                      |
| Pernambuco      | Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/carga ≤ 5t (18,9%), Gasóleo (óleo diesel) (16,2%), Poli(tereftalato de etileno) (13,1%)  | Outras gasolinas, exceto para aviação (13,4%), Gasóleo (óleo diesel) (12,1%), Outros propanos liquefeitos (6,5%)  |
| Alagoas         | Outros aparelhos p/filtrar ou depurar líquidos (46,3%), Outros açúcares de cana (45,9%), Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, forma primária (3,0%)                 | Outros alhos frescos ou refrigerados (7,3%), Outras naftas, exceto para petroquímica (3,9%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (3,5%)                                     |
| Sergipe         | Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (34,3%), Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quím. pura, sol. (15,1%), Outros óleos essenciais de laranja (6,0%)    | Coque de petróleo não calcinado (17,7%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. mist. hidrogen. etc (14,0%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exc.p/ semeadura (12,9%) |
| Bahia           | Pasta química madeira de n/conif.a soda/sulfato, semi/branq (12,9%), Fuel-oil (10,8%), Soja, mesmo triturada, exceto p semeadura (4,3%)                                     | Naftas para petroquímica (33,8%), Sulfetos de minérios de cobre (14,0%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exc.p/ semeadura (2,3%)                                       |
| Nordeste        | Pasta química madeira de n/conif. (9,2%), Alumina calcinada (7,8%), Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (7,3%)   | Naftas para petroquímica (12,6%), "Gasóleo" (óleo diesel) (8,3%), Outras gasolinas, exceto para aviação (7,2%)  |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

## Finanças Públicas

Autor:

Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista do Banco do Nordeste/ETENE, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas.

O **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)** é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das unidades federativas brasileiras.

O **ICMS** é um tributo de aplicação complexa, que cria burocracia para as empresas e animosidade nas relações entre os estados. As alíquotas internas são diferenciadas com base no tipo de fato gerador (produto ou serviço) e variam de uma unidade federativa para outra. A discrepância nas alíquotas interestaduais criaram condições desiguais de competição e levaram o País à chamada guerra fiscal.

Parte do ICMS é pago na origem, ou seja, a empresa que vende realiza o recolhimento, beneficiando assim os **estados produtores**, mais desenvolvidos economicamente, que conseguem maior arrecadação. A outra parcela do imposto é recolhida no **estado comprador**.

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 107,7 bilhões no primeiro trimestre de 2017, ante R\$ 102,5 bilhões em igual período de 2016, significando um incremento real de 0,2% no período em análise.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS foi de R\$ 17,7 bilhões no primeiro trimestre de 2017, ante R\$ 16,7 bilhões em igual período de 2016, significando um incremento real de 1,4% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase a metade do ICMS arrecadado no primeiro trimestre de 2017, precisamente 49,0%. A seguir, ficaram o Sul (19,5%); **Nordeste** (16,5%); Centro-Oeste (9,2%); e Norte (5,8%), conforme especificado na Tabela 1.

Especificamente no **Nordeste**, o ICMS cresceu 6,3% em termos nominais nos três primeiros meses de 2017. Descontada a inflação, implicou um ganho real de 1,4%. As demais regiões também apresentaram incremento de arrecadação em termos reais, sendo o mais expressivo no Sul (+8,7%); seguido do Norte (+3,8%); Sudeste (+2,9%); e Centro-Oeste (+1,0%).

Apenas dois estados nordestinos não tiveram crescimento real nos três primeiros meses de 2017: **Maranhão** (-4,4%) e **Bahia** (-0,5%). Os demais registraram aumento: **Sergipe** (+5,3%), **Paraíba** (+5,1%), **Pernambuco** (+4,5%), **Alagoas** (+2,5%), **Ceará** (+1,5%), **Rio Grande do Norte** (+0,7%) e **Piauí** (+0,5%), conforme

especificado na Tabela 1.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores **secundário, terciário, energia além de petróleo, combustíveis e lubrificantes** alcançou 95,2% da arrecadação total do ICMS no Nordeste no primeiro trimestre de 2017 (Tabela 2).

Vale registrar que a arrecadação do **setor terciário** apresentou a maior participação média na arrecadação do ICMS do Nordeste (44,4%). A arrecadação do referido setor cresceu 6,7% em termos reais quando se compara o primeiro trimestre de 2017 com igual período do ano anterior (Tabela 3).

A arrecadação no **setor secundário**, que representou 20,0% do total obtido no Nordeste nos três primeiros meses de 2017, aumentou 3,2% em termos reais. O setor de **petróleo, combustíveis e lubrificantes**, que obteve uma participação de 19,6% na arrecadação total do Nordeste no período em análise, apresentou decréscimo de 11,8% em termos reais. O segmento de **energia**, com 11,1% de participação no total arrecadado do Nordeste, também registrou perda real de 10,0% no período em análise (Tabela 2).

Em termos estaduais, é importante ressaltar que a perda sofrida pelo **Maranhão** (-4,4%) e **Bahia** (-0,5%) ocorreu em função da queda na arrecadação proveniente de petróleo, combustíveis e lubrificantes, bem como no setor de energia. O crescimento verificado nos demais setores nesses Estados não foi suficiente para compensar as mencionadas perdas (Tabela 3).

Com exceção do **Ceará** e **Rio Grande do Norte**, os demais Estados obtiveram incremento na arrecadação do setor secundário, com destaque para **Sergipe** e **Alagoas** (Tabela 3).

Todos os Estados obtiveram incremento na arrecadação do setor terciário, especialmente **Alagoas, Maranhão, Paraíba** e **Pernambuco** (Tabela 3).

A arrecadação de ICMS pode ser utilizada como um indicador antecedente da atividade econômica. O ganho real do ICMS no **Nordeste** foi de 1,4% no primeiro trimestre de 2017, comparado com o mesmo período de 2016. Assim, projeta-se a retomada do crescimento econômico nessa Região, bem como em **Sergipe, Pernambuco** e **Alagoas**, no corrente ano, conforme os dados apresentados na Tabela 1.

## Finanças Públicas

Tabela 1: Arrecadação de ICMS – 2016 e 2017 – R\$ Milhões

| Estado/Região/País  | 2016           | Part. %      | 2017           | Part. %      | Var. % <sup>(1)</sup> | Var. Real % <sup>(2)</sup> |
|---------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|-----------------------|----------------------------|
| Alagoas             | 903            | 0,9          | 971            | 0,9          | 7,6                   | 2,6                        |
| Bahia               | 4.708          | 4,6          | 4.913          | 4,6          | 4,4                   | -0,5                       |
| Ceará               | 2.503          | 2,4          | 2.665          | 2,5          | 6,5                   | 1,5                        |
| Maranhão            | 1.428          | 1,4          | 1.433          | 1,3          | 0,3                   | -4,4                       |
| Paraíba             | 1.170          | 1,1          | 1.290          | 1,2          | 10,3                  | 5,1                        |
| Pernambuco          | 3.178          | 3,1          | 3.482          | 3,2          | 9,6                   | 4,5                        |
| Piauí               | 860            | 0,8          | 906            | 0,8          | 5,4                   | 0,5                        |
| Rio Grande do Norte | 1.221          | 1,2          | 1.290          | 1,2          | 5,7                   | 0,7                        |
| Sergipe             | 722            | 0,7          | 797            | 0,7          | 10,5                  | 5,3                        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>16.692</b>  | <b>16,3</b>  | <b>17.748</b>  | <b>16,5</b>  | <b>6,3</b>            | <b>1,4</b>                 |
| <b>Norte</b>        | <b>6.174</b>   | <b>6,0</b>   | <b>6.230</b>   | <b>5,8</b>   | <b>0,9</b>            | <b>-3,8</b>                |
| <b>Sudeste</b>      | <b>51.828</b>  | <b>50,6</b>  | <b>52.761</b>  | <b>49,0</b>  | <b>1,8</b>            | <b>-2,9</b>                |
| <b>Sul</b>          | <b>18.430</b>  | <b>18,0</b>  | <b>21.012</b>  | <b>19,5</b>  | <b>14,0</b>           | <b>8,7</b>                 |
| <b>Centro-Oeste</b> | <b>9.394</b>   | <b>9,2</b>   | <b>9.953</b>   | <b>9,2</b>   | <b>6,0</b>            | <b>1,0</b>                 |
| <b>Brasil</b>       | <b>102.518</b> | <b>100,0</b> | <b>107.704</b> | <b>100,0</b> | <b>5,1</b>            | <b>0,2</b>                 |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Notas: (1) Variação nominal, ano de 2017 em relação a 2016.

Nota: (2) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, ano de 2017 em relação a 2016.

Tabela 2 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Em %

| Estado/Região       | Primário   | Secundário  | Terciário   | Energia     | Petróleo    | Dívida Ativa e Outras |
|---------------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------|
|                     | Part. %    | Part. %     | Part. %     | Part. %     | Part. %     | Part. %               |
| Alagoas             | 0,1        | 33,3        | 46,8        | 9,7         | 8,2         | 2,0                   |
| Bahia               | 0,4        | 26,2        | 38,9        | 10,3        | 21,4        | 2,8                   |
| Ceará               | 0,04       | 19,6        | 40,3        | 14,1        | 22,9        | 3,1                   |
| Maranhão            | 0,9        | 14,1        | 44,5        | 9,6         | 6,5         | 24,6                  |
| Paraíba             | 0,1        | 13,7        | 45,9        | 11,4        | 24,1        | 4,8                   |
| Pernambuco          | 0,1        | 14,9        | 55,1        | 11,0        | 18,1        | 0,8                   |
| Piauí               | 7,0        | 15,2        | 33,8        | 12,9        | 30,9        | 0,1                   |
| Rio Grande do Norte | 1,8        | 16,2        | 49,2        | 10,6        | 22,2        | -                     |
| Sergipe             | 4,3        | 21,9        | 45,1        | 9,6         | 17,7        | 1,4                   |
| <b>Nordeste</b>     | <b>0,9</b> | <b>20,0</b> | <b>44,4</b> | <b>11,1</b> | <b>19,6</b> | <b>3,9</b>            |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

## Finanças Públicas

Tabela 3 - ICMS: Variação <sup>(1)</sup> por setor no primeiro trimestre de 2017 – Em %

| Estado/Região       | Primário   | Secundário | Terciário  | Energia      | Petróleo     | Dívida Ativa e Outras |
|---------------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|-----------------------|
|                     | Var. Real  | Var. Real  | Var. Real  | Var. Real    | Var. Real    | Var. Real             |
| Alagoas             | -28,8      | 13,0       | 10,1       | -4,2         | -39,6        | 10,2                  |
| Bahia               | -1,4       | 5,3        | 6,1        | -19,8        | -8,0         | 13,9                  |
| Ceará               | -37,6      | -4,2       | 2,1        | 6,8          | 1,5          | 10,3                  |
| Maranhão            | 70,9       | 4,5        | 8,0        | -14,1        | -80,4        | 370,3                 |
| Paraíba             | -2,3       | -          | 7,4        | -14,6        | 12,6         | 15,0                  |
| Pernambuco          | 72,9       | 3,3        | 7,7        | -12,4        | 5,5          | -4,8                  |
| Piauí               | 12,9       | 4,5        | 4,3        | -8,7         | -0,3         | -41,0                 |
| Rio Grande do Norte | -7,3       | -9,9       | 5,5        | -14,4        | 2,2          | -                     |
| Sergipe             | -1,4       | 16,0       | 6,1        | -3,9         | -14,0        | 13,9                  |
| <b>Nordeste</b>     | <b>5,3</b> | <b>3,2</b> | <b>6,7</b> | <b>-10,0</b> | <b>-11,8</b> | <b>81,3</b>           |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Nota: (1) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, ano de 2017 em relação a 2016.

As transferências fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do **Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)** e do **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**.

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o **Imposto de Renda (IR)** e com o **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**.

Os repasses para os estados e municípios são determinados principalmente pela **dimensão da população** e pelo **nível de renda per capita** dos entes federativos.

Ressalte-se que as unidades federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do **Nordeste**, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o **FPE** totalizou R\$ 23,6 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, ante R\$ 21,2 bilhões em igual período de 2016, conforme a Tabela 1. O crescimento real do FPE foi de 6,1%.

O **FPE para os Estados do Nordeste** alcançou R\$ 12,4 bilhões nos quatro primeiros meses de 2017, representando 52,5% do total nacional (Tabela 4).

Todas as unidades federativas do **Nordeste** obtiveram acréscimo real no volume de recursos do FPE no primeiro quadrimestre de 2017 em comparação com os valores de 2016.

Os estados que mais receberam recursos do FPE no

Nordeste, nos quatro primeiros meses de 2017, foram: **Bahia** (R\$ 2,0 bilhões); **Ceará** (R\$ 1,6 bilhão); **Maranhão** (R\$ 1,5 bilhão); **Pernambuco** (R\$ 1,5 bilhão); e **Paraíba** (R\$ 1,5 bilhão). Seguiram **Piauí** (R\$ 918 milhões); **Rio Grande do Norte** (R\$ 888 milhões), **Alagoas** (R\$ 884 milhões); e **Sergipe** (R\$ 883 milhões).

O **FPM** no País somou R\$ 24,7 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, em comparação com R\$ 22,3 bilhões em iguais meses de 2016 (Tabela 1). O crescimento real foi de 6,1%.

O **FPM para o Nordeste** somou R\$ 8,8 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, representando 35,6% do total do País (Tabela 1).

Todas as unidades federativas do **Nordeste** obtiveram acréscimo real no volume de recursos do FPM nos quatro primeiros meses de 2017 em comparação com os valores de 2016.

Os estados que mais receberam recursos do FPE no Nordeste, nos quatro primeiros meses de 2017, foram: **Bahia** (R\$ 2,3 bilhões); **Ceará** (R\$ 1,2 bilhão); **Pernambuco** (R\$ 1,2 bilhão); e **Maranhão** (R\$ 1,0 bilhão). Seguiram a **Paraíba** (R\$ 776 milhões); **Piauí** (R\$ 657 milhões); **Rio Grande do Norte** (R\$ 612 milhões); **Alagoas** (R\$ 590 milhões); e **Sergipe** (R\$ 360 milhões).

O **FPM destinado para as capitais** atingiu R\$ 2,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, enquanto que o **FPM para as capitais do Nordeste** alcançou R\$ 1,2 bilhão, representando 48,0% do total nacional (Tabela 1).

## Finanças Públicas

O **FPM destinado para as capitais** atingiu R\$ 2,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, enquanto que o **FPM para as capitais do Nordeste** alcançou R\$ 1,2 bilhão, representando 48,0% do total nacional (Tabela 1).

As capitais do Nordeste que mais receberam recursos, nos três primeiros meses de 2017, foram: **Fortaleza** e **Salvador** (R\$ 212 milhões cada); **Recife** (R\$ 134 milhões); **Maceió** e **Teresina** (R\$ 133 milhões) cada. Seguiram **João**

**Pessoa** (R\$ 85 milhões); **Natal** (R\$ 76 milhões) e **Aracaju** (R\$ 68 milhões).

Todas as capitais do Nordeste obtiveram incremento real em seus respectivos FPM, com exceção de **João Pessoa**. O crescimento da renda per capita da capital paraibana implicou uma redefinição do coeficiente de distribuição, ocasionando perdas para o mencionado município.

Tabela 4 – FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados - Primeiro quadrimestre de 2016 e 2017 e previsão 2017 - R\$ Milhões

| Estados/<br>Região/País | FPE           |               | FPM           |               | FPM Capitais |              | Previsões - 2017 - Maio a Julho |               |              |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------------------------|---------------|--------------|
|                         | 2016          | 2017          | 2016          | 2017          | 2016         | 2017         | FPE                             | FPM           | FPM Capitais |
| Alagoas                 | 884           | 986           | 530           | 590           | 118          | 133          | 679                             | 478           | 108          |
| Bahia                   | 1.996         | 2.212         | 2.070         | 2.303         | 188          | 212          | 1.522                           | 1.867         | 172          |
| Ceará                   | 1.559         | 1.727         | 1.103         | 1.229         | 188          | 212          | 1.188                           | 996           | 172          |
| Maranhão                | 1.534         | 1.702         | 923           | 1.027         | 118          | 133          | 1.171                           | 833           | 108          |
| Paraíba                 | 1.017         | 1.128         | 718           | 776           | 94           | 85           | 776                             | 629           | 69           |
| Pernambuco              | 1.466         | 1.623         | 1.093         | 1.216         | 119          | 134          | 1.117                           | 986           | 108          |
| Piauí                   | 918           | 1.019         | 590           | 657           | 118          | 133          | 701                             | 532           | 108          |
| Rio Grande do Norte     | 888           | 984           | 550           | 612           | 68           | 76           | 677                             | 496           | 62           |
| Sergipe                 | 883           | 978           | 323           | 360           | 60           | 68           | 673                             | 292           | 55           |
| <b>NORDESTE</b>         | <b>11.145</b> | <b>12.360</b> | <b>7.901</b>  | <b>8.770</b>  | <b>1.071</b> | <b>1.185</b> | <b>8.503</b>                    | <b>7.109</b>  | <b>961</b>   |
| <b>BRASIL</b>           | <b>21.250</b> | <b>23.604</b> | <b>22.238</b> | <b>24.702</b> | <b>2.224</b> | <b>2.470</b> | <b>16.239</b>                   | <b>20.024</b> | <b>2.002</b> |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

## Intermediação Financeira

*Autor:*

*Allisson David Oliveira Martins, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas do Banco do Nordeste / ETENE.*

Conforme o Banco Central (BACEN), as **contratações de crédito** nas operações de empréstimos e financiamentos no Sistema Financeiro Nacional somaram R\$ 753,9 bilhões no primeiro trimestre de 2017, representando queda de 1,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1).

As **contratações na carteira de pessoas jurídicas** totalizaram R\$ 317,2 bilhões no primeiro trimestre de 2017, representando redução de 9,8% em comparação com igual período do ano passado (Gráfico 1).

A redução nas contratações de **pessoas jurídicas** tem ocorrido em função do cenário de retração econômica no País, tendo em vista ainda a maior cautela na concessão de empréstimos, e considerando a reduzida demanda por parte dos tomadores de recursos, especialmente devido à alta capacidade ociosa das empresas, além do elevado endividamento das corporações.

A **carteira das pessoas físicas** contratou R\$ 436,7 bilhões no primeiro trimestre de 2017, apresentando crescimento de 6,4% nas concessões, quando se compara com o primeiro trimestre de 2016. A utilização do cartão de crédito e cheque especial influenciou referida alta, indicando que o crédito está sendo utilizado para pagar despesas correntes, o que denota um cenário de deterioração dos orçamentos familiares (Gráfico 1).

Sob a ótica da origem dos recursos, as concessões de crédito das operações que utilizam os **recursos livres**, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), totalizaram R\$ 689,3 bilhões no acumulado de janeiro a março de 2017, o que representou ligeira retração de 0,4%, quando comparado com o mesmo período de 2016 (Gráficos 2 e 3).

Entre as **modalidades de crédito destinadas às empresas**, que utilizam recursos livres, destacaram-se em termos de volume de recursos as operações de **cheque especial, conta garantida e desconto de duplicatas**, que corresponderam quase à metade das contratações realizadas no primeiro trimestre de 2017.

Para a **pessoa física**, sob o amparo dos **recursos livres**, as modalidades cartão de crédito à vista, rotativo e cheque especial, foram responsáveis por quase 80% dos valores concedidos no primeiro trimestre de 2017.

Os **recursos direcionados** representam operações de

crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), vinculadas a recursos orçamentários, sendo destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura. Nessa modalidade, foram concedidos créditos de R\$ 64,6 bilhões no primeiro trimestre de 2017, significando uma queda de 7,9%, em comparação com o mesmo período de 2016, sendo também o menor valor contratado da série histórica divulgada pelo Banco Central, iniciada em 2011 (Gráficos 2 e 3).

Neste contexto, o **Sistema Financeiro Nacional** alcançou, ao final de março de 2017, saldo de operações de crédito de R\$ 3.076,5 bilhões, registrando uma redução de 2,7%, em 12 meses (Gráfico 4).

Todos os setores registraram declínio em termos de saldo de operações de crédito nos últimos 12 meses: **Agropecuária** (-7,9%), **Indústria** (-9,4%) e **Serviços** (-7,1%). As únicas atividades que apresentaram crescimento foram **SIUP** (+1,1%) e **Administração Pública** (+5,0%), conforme especificado na Tabela 1.

Em termos regionais, o Centro-Oeste (+0,8%) constituiu-se na única região a apresentar crescimento no saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses, enquanto que os resultados do Sul (0,0%) mantiveram-se estagnados. Ocorreram declínios nas demais regiões: **Nordeste** (-0,8%), **Norte** (-1,6%) e **Sudeste** (-4,15%), de acordo com a Tabela 2.

O saldo das operações de crédito no **Nordeste** somou R\$ 397,5 bilhões ao final de março de 2017. Contudo, alguns estados nordestinos registraram crescimento no saldo das operações de crédito nesse período, a exemplo do **Ceará** (+3,8%), **Piauí** (+2,4%), **Paraíba** (+1,6%), **Alagoas** (+1,4%) e **Maranhão** (+0,9%). As demais unidades federativas apresentaram decréscimo: **Rio Grande do Norte** (-2,0%), **Sergipe** (-2,1%), **Pernambuco** (-3,0%) e **Bahia** (-3,6%), conforme especificado no Gráfico 5.

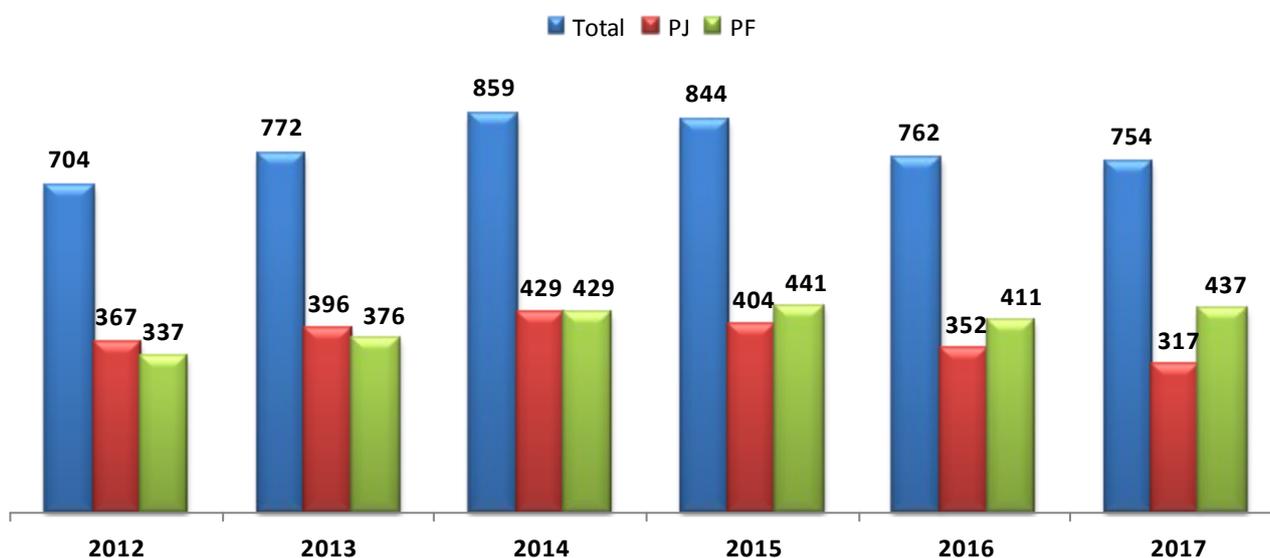
O desempenho das operações de crédito para **pessoas físicas**, cujo saldo registrou avanço de 4,6% nos últimos 12 meses, contribuiu para contrabalançar o declínio ocorrido no saldo da carteira de pessoas jurídicas (-8,3% em 12 meses). Referidos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro).

## Intermediação Financeira

Registre-se, contudo, que o desempenho da modalidade de **peças físicas** apresenta sinais de arrefecimento, em função da redução dos orçamentos familiares, o que impulsiona a utilização do **cartão de crédito** e **cheque especial**. Em termos de participação, ao final do primeiro trimestre de 2017, o saldo das operações de crédito do **Nordeste** destinado às famílias representava mais da metade (61,6%) do total, cabendo a parcela restante (38,4%) às empresas.

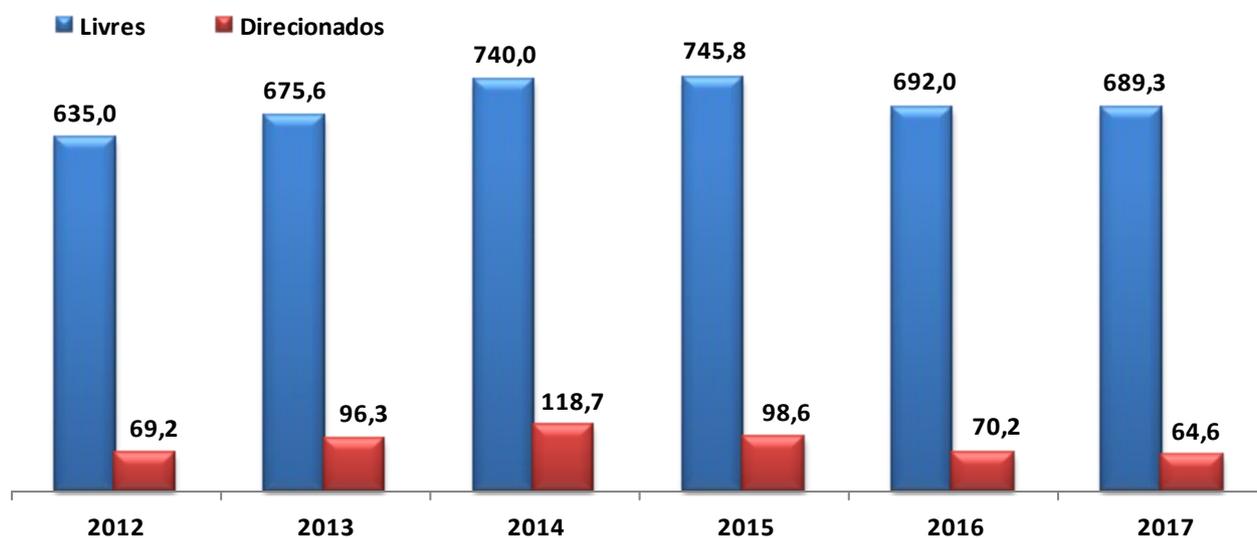
A **taxa de inadimplência regional**, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, registrou 4,19%, situando-se acima da taxa da inadimplência nacional (3,84%). No **Nordeste**, somente o **Piauí** (3,65%) e o **Ceará** (3,72%) registraram inadimplência inferior à média brasileira, conforme especificado no Gráfico 6.

Gráfico 1 – Concessões de Crédito no Brasil – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Primeiro trimestre – 2012 a 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

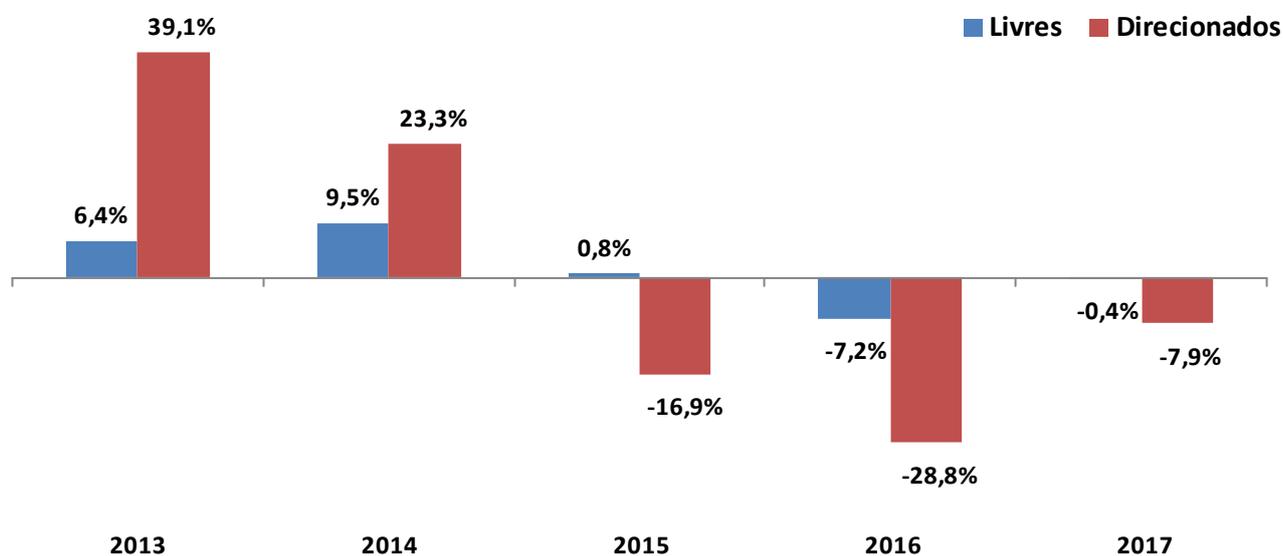
Gráfico 2 – Concessões de Crédito no Brasil – Recursos livres e direcionados – R\$ Bilhões – Primeiro trimestre – 2012 a 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

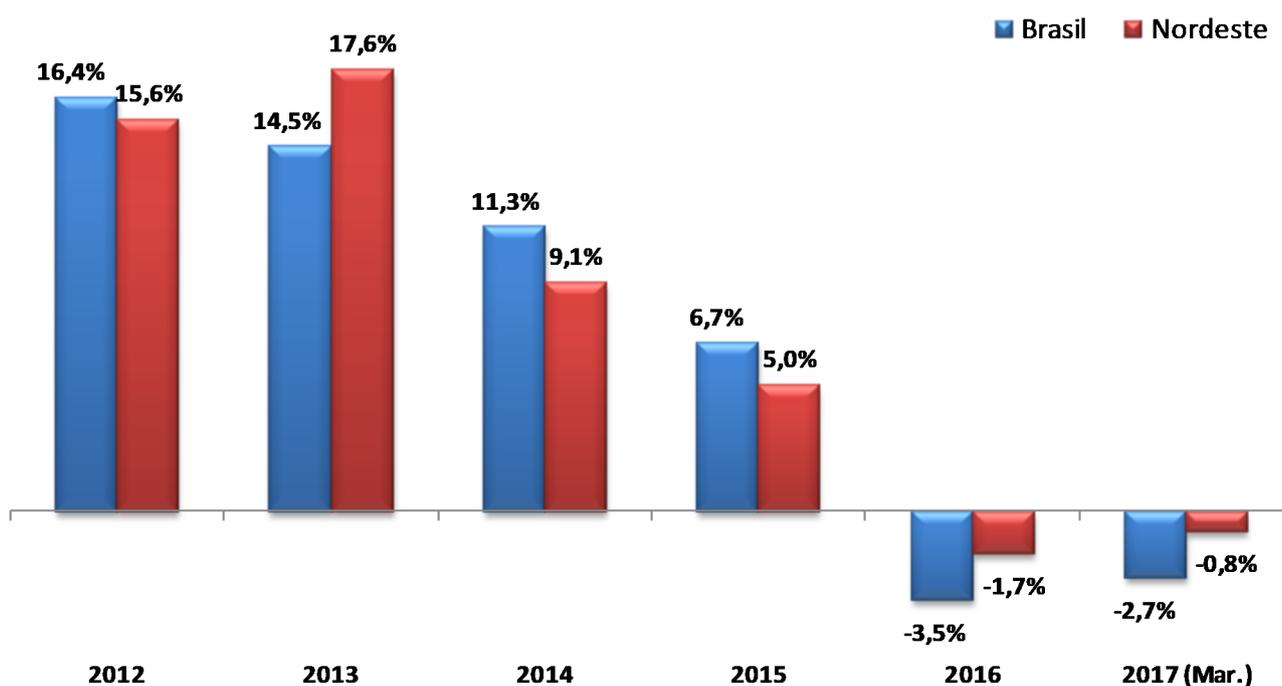
## Intermediação Financeira

Gráfico 3 – Concessões de Crédito no Brasil – Recursos livres e direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – Primeiro trimestre – 2013 a 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

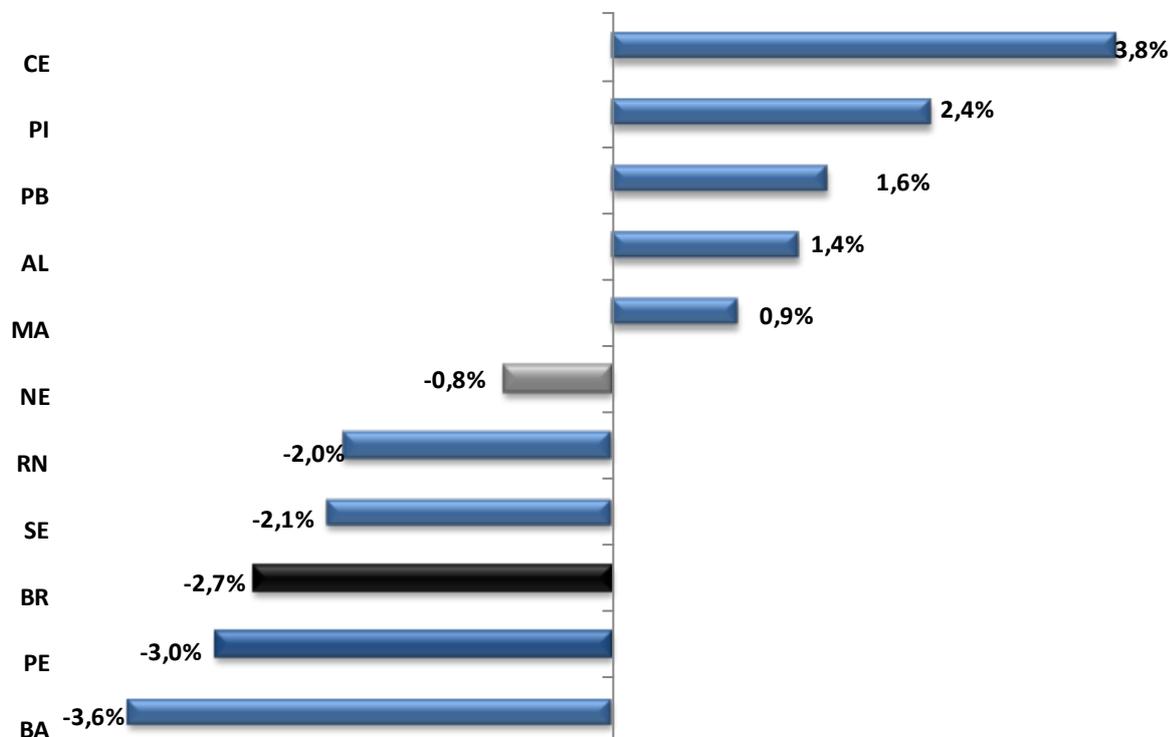
Gráfico 4 – Taxa de crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro no Brasil e no Nordeste – Variação (%) - 2012 a 2017 (até março de 2017)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

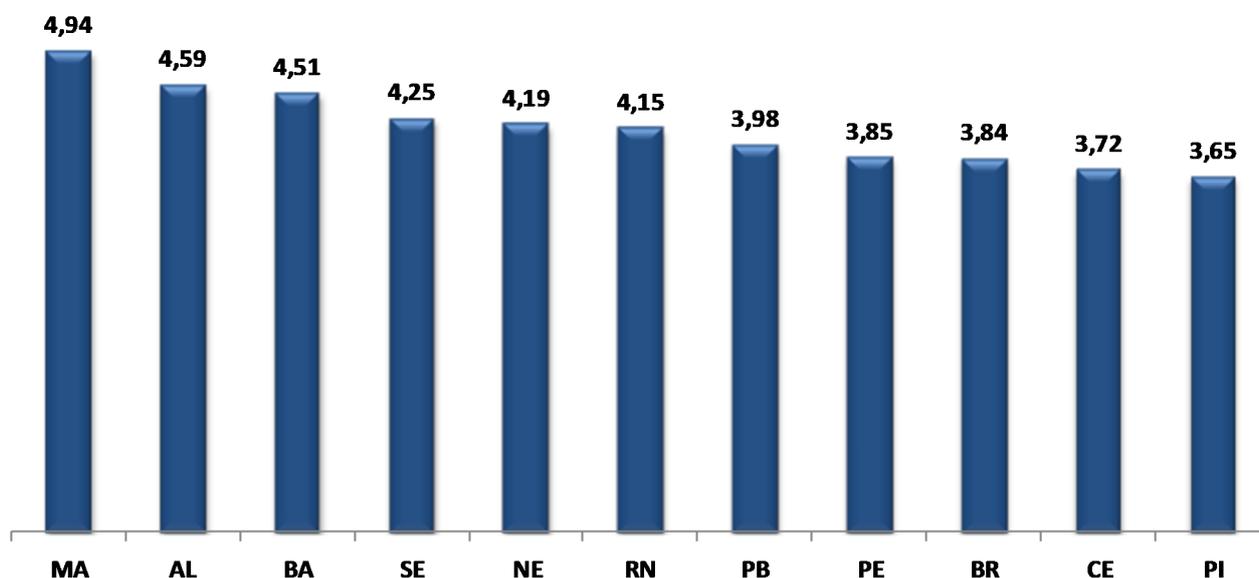
## Intermediação Financeira

Gráfico 5 – Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste - Em 12 meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Gráfico 6 – Inadimplência – Brasil, Nordeste e Estados selecionados – Em % – Março de 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

## Intermediação Financeira

Tabela 1 - Brasil: Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional por setor e atividade

| Setor        | Atividade     | Saldo (R\$ Milhões) | Var. % em 12 Meses |
|--------------|---------------|---------------------|--------------------|
| Agropecuária | -             | 22.428              | -7,9               |
|              | Extrativa     | 31.395              | -30,1              |
|              | Transformação | 397.560             | -11,6              |
| Indústria    | Construção    | 96.543              | -11,3              |
|              | SIUP          | 203.744             | 1,1                |
|              | Total         | 729.242             | -9,4               |
|              | Comércio      | 258.562             | -9,8               |
|              | Transporte    | 136.306             | -15,5              |
| Serviços     | Adm. Pública  | 127.326             | -5,0               |
|              | Outros        | 195.342             | -4,0               |
|              | Total         | 717.536             | -7,1               |
| Outros       | -             | 30.723              | -19,4              |
| Total        | -             | 1.499.929           | -8,5               |

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

Tabela 2 - Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional - Brasil e Regiões

| Região       | Saldo   | % Saldo | Var. % em 12 Meses |
|--------------|---------|---------|--------------------|
| Norte        | 115,1   | 3,8     | -1,6               |
| Nordeste     | 397,5   | 13,2    | -0,8               |
| Centro-Oeste | 330,2   | 10,9    | 0,8                |
| Sul          | 549,9   | 18,2    | 0,0                |
| Sudeste      | 1.628,3 | 53,9    | -4,1               |
| Brasil       | 3.021,0 | 100,0   | -                  |

Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do BACEN.

Nota: (1) A soma dos saldos de créditos das regiões somou R\$ 3.045,7 bilhões em dezembro de 2016, enquanto que no Brasil o total atingiu R\$ 3.106,5 bilhões. A diferença de R\$ 60,8 bilhões refere-se a recursos aplicados em projetos que beneficiam diferentes unidades federativas e/ou aplicações em que não foi possível precisar a localização geográfica do tomador do empréstimo ou ainda operações com valor inferior a R\$ 1 mil. (2)